

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* CERRO LARGO**
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL

DENISE INÊS KOTZ

**UM OLHAR DISCURSIVO ACERCA DO PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

CERRO LARGO
2025

DENISE INÊS KOTZ

**UM OLHAR DISCURSIVO ACERCA DO PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Letras – Português e Espanhol da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de graduada
em Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Caroline Mallmann Schneiders

CERRO LARGO

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kotz, Denise Inês

Um olhar discursivo acerca do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa / Denise Inês Kotz. -- 2025.

56 f.

Orientadora: Doutora Caroline Mallmann Schneiders

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Cerro Largo, RS, 2025.

1. Análise de Discurso;. 2. História das Ideias Linguísticas;. 3. Dicionário;. 4. Lexicografia;. 5. Identidade linguística;. I. Schneiders, Caroline Mallmann, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DENISE INÊS KOTZ

UM OLHAR DISCURSIVO ACERCA DO PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO
DA LÍNGUA PORTUGUESA

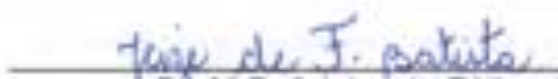
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Letras – Português e Espanhol da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de graduada
em Letras.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 03/07/2025.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Caroline Mallmann Schneiders – UFFS
Orientadora


Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz Ferreira Dias
Avaliadora


Prof.ª Dr.ª Jeize de Fátima Batista
Avaliadora

Dedico esta trajetória aos meus pais, que, com
mãos calejadas e corações gigantes, me
mostraram que os maiores sonhos começam
com pequenos passos de coragem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de força nos dias nublados e de luz quando tudo parecia escuro. Foi Nele que encontrei repouso, coragem e direção para seguir, passo a passo.

Aos meus pais, Mario e Similda, que foram abrigo e impulso. Seu amor firme e silencioso me ensinou que há força no cuidado e grandeza nos gestos cotidianos. Esta conquista também é de vocês.

À doce memória das minhas avós, Maria e Valéria, cuja ausência se faz presença em cada lembrança. Suas vozes, sorrisos e ensinamentos seguem comigo, sendo raízes que me sustentam, mesmo à distância do tempo.

Ao meu amor, Jacson, que esteve ao meu lado com paciência, gentileza e firmeza. Obrigada por ser apoio quando fraquejei, silêncio quando precisei pensar e abraço quando tudo parecia demais.

Às amigas de uma vida inteira, que acompanharam meu crescimento com constância e carinho, e às amigas do curso, recém-nascidas, mas já tão intensas, que sei que seguirão comigo por muitos outros capítulos. A vocês, minha gratidão pelo riso, pela escuta e pelos momentos compartilhados.

E à minha orientadora, Prof^a Caroline Mallmann Schneiders, pela sabedoria, pela escuta atenta e pelas palavras que tantas vezes me reconduziram ao foco. Sua orientação foi mais do que acadêmica, foi humana.

A todos vocês, que estiveram comigo de tantas formas, meu mais sincero agradecimento. Este trabalho é também uma costura de todos os fios de afeto, apoio e inspiração que recebi.

RESUMO

Este trabalho investiga o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** sob uma perspectiva discursiva, considerando-o como um objeto histórico e ideológico inscrito em um projeto de constituição da identidade linguística brasileira. Fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa e da História das Ideias Linguísticas (HIL), o estudo parte da concepção de que o dicionário não apenas organiza o léxico de uma língua, mas também materializa posições ideológicas, institui sentidos e sustenta uma determinada representação da língua e de seus falantes. O *corpus* de análise compreende a Nota da Editora da 1ª edição (1938), a Nota dos Editores da 3ª edição (1942) e o Prefácio da 11ª edição (1973), sendo examinados os modos pelos quais tais textos constroem, sustentam e legitimam um imaginário de língua alinhado a valores culturais, históricos e políticos específicos. A pesquisa explicita que o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** é atravessado por disputas discursivas que envolvem a relação entre língua e nação, produzindo uma tentativa de consolidação de um imaginário de unidade linguística no Brasil. Com a análise pode-se pontuar que o uso do adjetivo “brasileiro” no título da obra, bem como a valorização dos brasileirismos e a exclusão de arcaísmos, integram um movimento de institucionalização da língua como patrimônio simbólico da nação. Além disso, o dicionário é compreendido como um artefato de ampla circulação, voltado ao grande público, que visa democratizar o acesso ao conhecimento linguístico e promover uma concepção de língua enraizada nas práticas sociais e nos modos de dizer da população brasileira. Desse modo, essa reflexão busca contribuir com os estudos da linguagem ao lançar luz sobre a dimensão política dos instrumentos linguísticos e sua participação ativa na constituição das formas de saber e de pertencimento identitário no Brasil.

Palavras-chave: Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; Dicionário; Lexicografia; Identidade linguística.

RESUMEN

Este artículo investiga el *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* desde una perspectiva discursiva, considerándolo un objeto histórico e ideológico inscrito en un proyecto de constitución de la identidad lingüística brasileña. Con base en los supuestos teóricos y metodológicos del Análisis del Discurso (AD) de orientación francesa y la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL), el estudio parte de la concepción de que el diccionario no solo organiza el léxico de una lengua, sino que también materializa posiciones ideológicas, instituye significados y sustenta una determinada representación de la lengua y sus hablantes. El corpus de análisis incluye la Nota del Editor de la 1ª edición (1938), la Nota del Editor de la 3ª edición (1942) y el Prefacio de la 11ª edición (1973), examinando las maneras en que estos textos construyen, sustentan y legitiman un imaginario lingüístico alineado con valores culturales, históricos y políticos específicos. La investigación muestra que el *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* está permeado por disputas discursivas en torno a la relación entre lengua y nación, lo que genera un intento de consolidar un imaginario de unidad lingüística en Brasil. El análisis muestra que el uso del adjetivo “brasileño” en el título de la obra, así como la valorización de los *brasilismos* y la exclusión de los *arcaísmos*, forman parte de un movimiento para institucionalizar la lengua como patrimonio simbólico de la nación. Además, el diccionario se entiende como un recurso de amplia circulación, dirigido al público en general, que busca democratizar el acceso al conocimiento lingüístico y promover una concepción de la lengua arraigada en las prácticas sociales y las formas de hablar de la población brasileña. De esta manera, esta reflexión busca contribuir a los estudios lingüísticos al arrojar luz sobre la dimensión política de los instrumentos lingüísticos y su participación activa en la constitución de formas de conocimiento y pertenencia identitaria en Brasil.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Historia de las Ideas Lingüísticas; Diccionario; Lexicografía; Identidad Lingüística.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
PDBLP	Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A LÍNGUA DO/NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS	13
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO LEXICOGRÁFICA NO BRASIL	17
2.2	SOBRE O PEQUENO DICIONÁRIO	22
2.3	TÍTULO E POSSÍVEIS SIGNIFICAÇÕES	24
2.4	PREFÁCIOS E O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO	26
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	36
	ANEXO A – NOTA DA EDITORA DA 1º EDIÇÃO/1938	39
	ANEXO B – NOTA DOS EDITORES DA 3º EDIÇÃO/1942	41
	ANEXO C – PREFÁCIO DA 11º EDIÇÃO/1973	43

1 INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno social e histórico que vai muito além da comunicação cotidiana. Ela retrata os modos de vida, as relações de poder, as ideias e valores de uma comunidade em determinado tempo e espaço. Ao mesmo tempo em que permite a interação entre as pessoas, também revela formas de pensar e de organizar o mundo. Por isso, estudar a língua é também estudar a sociedade, suas transformações e os sentidos que circulam entre os sujeitos. Nesse contexto, o estudo de instrumentos linguísticos¹, como dicionários ou gramáticas, tornam-se relevantes, como é o caso da análise do **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**², pois, ao reunir e definir palavras, essa obra também expressa uma determinada visão de língua, marcada por escolhas ideológicas, culturais e históricas que merecem ser compreendidas.

Essa perspectiva amplia a compreensão do dicionário como objeto de análise, permitindo olhar mais atentamente para seus elementos internos. Os verbetes, elementos centrais dessa obra, são mais do que simples definições; eles funcionam como representações discursivas que expressam práticas linguísticas, relações sociais e valores culturais do contexto em que foram produzidos. A escolha das palavras e a forma como os significados são apresentados apontam não apenas um estado da língua, mas também um conjunto de sentidos e práticas sociais. Como aponta Nunes (2006, p. 34), “os verbetes podem ser compreendidos como a constituição de um discurso”, o que reforça a ideia de que cada definição carrega consigo marcas ideológicas e históricas.

Além dos verbetes, o prefácio do dicionário também é um elemento igualmente significativo, pois delineia a visão dos autores sobre a língua e a necessidade de um recurso que sistematizasse o conhecimento linguístico.

No contexto da História das Ideias Linguísticas, esse dicionário insere-se em um panorama de transformações significativas, sendo considerado como um objeto histórico e ideológico. As discussões sobre norma e variação permeiam-no, produzindo um movimento em direção a uma maior valorização da diversidade linguística e da inclusão de diferentes registros e usos.

¹ Instrumento linguístico é lugar de construção da memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado (Orlandi, 2013, p. 116).

² Será retomado na sequência como **Pequeno Dicionário**.

A relevância dos dicionários na língua é imensa. Eles desempenham um papel essencial na formação da identidade linguística e cultural de uma sociedade, servindo, historicamente, como referência para o uso adequado da língua e para a preservação do patrimônio linguístico. Além disso, ao normatizarem usos da língua e estabilizarem sentidos, não apenas organizam o conhecimento linguístico, mas também são determinados por disputas ideológicas de seu tempo, legitimando certas práticas discursivas e identidades enquanto silenciam outras. Para Orlandi, “há um jogo sobre as formações discursivas que faz com que, não se as reconhecendo em suas diversidades, ficam silenciados sentidos, ou melhor, as diferenças (ideológicas) de sentidos, as relações de força aí trabalhadas, como se a linguagem fosse neutra” (Orlandi, 2013, p. 129).

Assim, tornam-se instrumentos ativos na configuração de sujeitos e na formação social por meio da linguagem. De acordo com Orlandi,

podemos também compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem (Orlandi, 2013, p. 118).

Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento discursivo do **Pequeno Dicionário** e como objeto de análise tomamos a Nota da Editora da 1ª edição, datada do ano de 1938 e publicada pela editora Civilização Brasileira; a Nota do Editores da 3ª edição, datada do ano de 1942 e publicada pela mesma editora; e o Prefácio da 11ª edição, do ano de 1973, publicado pela Companhia Editora Nacional. Para tanto, visa-se compreender as condições de produção do discurso em análise, analisar a determinação histórica e ideológica do dicionário e observar como ele contribui(u) para a produção do conhecimento sobre a língua. Essa reflexão está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL).

A escolha por analisar esta obra justifica-se pela relevância do **Pequeno Dicionário** no contexto da língua portuguesa, sobretudo por possibilitar uma reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais, culturais e ideológicas do Brasil da década de 1930, momento em que se deu sua primeira publicação. Nesse sentido,

esse trabalho pretende aprofundar a compreensão sobre o imaginário linguístico da época, analisando como certas normas se institucionalizam, ao passo que outras formas de uso são silenciadas. Compreender as escolhas lexicográficas presentes no dicionário é essencial para investigar de que modo tais escolhas moldam a percepção dos falantes sobre sua própria linguagem e identidade cultural, revelando como a norma linguística pode operar como mecanismo de inclusão e exclusão social.

Tendo em vista os objetivos propostos, este trabalho será estruturado em cinco partes. A primeira seção apresenta alguns apontamentos acerca da constituição e do funcionamento da língua portuguesa no Brasil. Em seguida, a segunda parte discute aspectos relevantes da produção lexicográfica brasileira, com foco em seu desenvolvimento histórico. A terceira seção é dedicada à apresentação do **Pequeno Dicionário**, abordando seu contexto de elaboração e principais características. Na quarta parte, realiza-se uma análise do título da obra, explorando suas possíveis significações e implicações discursivas. Por fim, a quinta seção examina as notas introdutórias do dicionário, com atenção ao seu funcionamento no plano discursivo e à sua relação com o projeto lexicográfico da obra.

2 A LÍNGUA DO/NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

A história da língua no/do Brasil é profundamente rica e explicita a complexidade de um país moldado pelo encontro, sobretudo, de culturas indígenas, europeias e africanas. Antes da chegada dos portugueses, em 1500, o território brasileiro era habitado por povos indígenas, cujas línguas eram tão diversas quanto suas culturas. Essas línguas carregavam saberes ancestrais e representavam a pluralidade das sociedades indígenas, que ocupavam as terras muito antes de serem delimitadas pelas fronteiras coloniais. De acordo com Nunes (2006, p. 71), “a delimitação geográfica é acompanhada de uma homogeneização lingüística, que confere uma unidade para a “língua falada na costa”, ou língua brasílica (hoje tupi colonial)”.

Dessa forma, com a chegada dos colonizadores, iniciou-se um processo de colonização não apenas territorial, mas também linguística, que teria um impacto profundo na formação cultural do Brasil. Para ter um maior entendimento desse processo da colonização na dimensão linguística e cultural, Mariani afirma que

a noção de colonização remete para a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos. Deve-se, então, dizer que tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador e no do colonizado (Mariani, 2004, p. 23).

Nos primeiros séculos de colonização, a língua portuguesa conviveu com a chamada língua geral, uma variação do tupi que sofreu o processo de gramatização³ pelos missionários jesuítas, como José de Anchieta. Anchieta, um dos principais nomes desse período, produziu gramáticas e catecismos em tupi, utilizando a língua como ferramenta de evangelização e de mediação entre indígenas, colonizadores e escravizados. Segundo Souza (2001, p. 155), “essa disciplinização também vai se refletir na construção dessa língua que serviria, num primeiro momento, à comunicação e à catequese, e num outro momento à colonização”.

³ Segundo Aurox, por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário (Aurox, 2014, p. 65).

Além disso, conforme destaca Nunes (2006, p. 70), “a propósito da lexicografia, foram os jesuítas os primeiros a realizar uma história do saber lingüístico brasileiro, voltando a atenção para a produção dos próprios missionários”.

Sendo assim, essa convivência linguística foi marcada por um esforço sistemático de gramatização do tupi, inserido em um contexto de necessidade prática e ideológica. Como observa Mariani,

a descrição gramatical da língua tupi – também chamada de língua brasílica ou, ainda, de língua geral, denominação que posteriormente recebe – feita pelo Padre José de Anchieta, no final do século XVI, é herdeira tanto da necessidade de evangelização quanto desta nova tradição tecnológica que circula no pensamento europeu. A gramatização do tupi, que proporcionou seu ensino e sua escrita, permitiu um avanço na evangelização (Mariani, 2004, p. 23).

Durante muito tempo, a língua geral foi amplamente utilizada, especialmente na região amazônica e no litoral, tornando-se uma espécie de idioma de contato. No entanto, no século XVIII, o Marquês de Pombal promoveu a imposição do português como língua oficial do Brasil, em um esforço de centralização e controle. A expulsão dos jesuítas, em 1759, foi um marco dessa transição, simbolizando a ruptura com as línguas indígenas como meios oficiais de comunicação e a consolidação do português como instrumento do poder colonial. Conforme afirma Mariani,

esse convívio/confronto entre as línguas, marcando um espaço-tempo colonial caracterizado simultaneamente pela homogeneidade e pela heterogeneidade, trará consequências históricas tanto na forma como se dá a imposição da língua portuguesa através do Diretório dos Índios, quanto no próprio processo de constituição do que hoje em dia é possível chamar de “português brasileiro” (Mariani, 2004, p. 37).

Outro elemento essencial da história é a chegada de africanos trazidos ao Brasil como escravizados. Junto com eles, vieram línguas africanas que não apenas enriqueceram o vocabulário do português falado no Brasil, mas também influenciaram profundamente a pronúncia, a entonação e até mesmo aspectos gramaticais. Palavras ligadas à culinária, como “acarajé”, à religião, como “orixá”, e a outras práticas culturais são heranças diretas dessa convivência. Segundo Guimarães (2005, p. 27), “são, em geral, palavras que designam elementos do

candomblé, da cozinha de influência africana, do universo das plantações de cana, do universo de vida dos escravos, e mesmo outros de aspecto mais geral”.

No século XIX, a chegada da família real portuguesa, em 1808, marcou um novo momento na história linguística do Brasil. A corte trouxe consigo um aumento no uso da norma culta do português europeu, promovendo o ensino formal e incentivando a produção literária. Essa influência foi consolidada com a independência em 1822, quando a língua portuguesa passou a ser vista como um símbolo de unidade nacional em um país que precisava se afirmar como independente.

O efeito desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. É assim que distingo entre língua fluída (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não pára de produzir os seus efeitos (Orlandi, 2012, p. 29).

A fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, representou outro marco importante. Inspirada na Academia Francesa, a ABL teve como objetivo padronizar e promover a língua portuguesa no Brasil. Intelectuais como Machado de Assis, seu primeiro presidente, dentre outros, trabalharam para afirmar a singularidade do português brasileiro, reconhecendo a influência dos povos indígenas e africanos no idioma. Por meio da produção de gramáticas, dicionários e outras obras lexicográficas, a ABL buscou legitimar as características do português falado no Brasil. Como Krieger destaca, a

Academia Brasileira de Letras (ABL) que determinou, em seus estatutos, o dever e a missão de produzir um dicionário da língua nacional ao modo dos países de grande tradição lexicográfica. De fato, a preocupação com a variante brasileira e o respectivo registro dos brasileirismos vem desde o início da fundação da Academia, em 20 de julho de 1897, com Machado de Assis na presidência (Krieger, 2009, p. 181).

A iniciativa da ABL estimulou a produção de instrumentos linguísticos por parte de estudiosos brasileiros, os quais passaram a registrar e sistematizar aspectos específicos da variedade linguística praticada no Brasil. Gramáticas e dicionários foram elaborados com o intuito de descrever o português tal como era falado e escrito no país, levando em consideração suas particularidades fonológicas, morfossintáticas e lexicais. Esse movimento se inseriu em um

processo mais amplo de construção de uma tradição lexicográfica brasileira, que, embora inspirada em modelos europeus, passou a refletir de forma mais direta a realidade sociolinguística local. Acerca desses objetos discursivos, Petri afirma que

o descrever e instrumentar uma língua me parece ser um processo contínuo que certamente teve um início, um lugar de fundação, mas que dificilmente terá um final, um término, pois estamos sempre nos deparando com novos fatos de língua a descrever e novas tecnologias que podem instrumentar esta língua. No entanto, quando pensamos em termos de normatização, deparamo-nos com o efeito de completude que estas duas tecnologias - a gramática e o dicionário - produzem, um efeito necessário para a constituição identitária de uma nação, muito embora já dessacralizado pelos diferentes modos de funcionamento que assumem no interior de diferentes grupos sociais (Petri, 2012, p. 27).

Ainda que a variedade brasileira tenha ganhado maior reconhecimento por meio dessas obras, o nome da língua permaneceu impreciso. Esse cenário revela um momento de transição, em que se buscava valorizar a forma brasileira da língua sem romper totalmente com a tradição portuguesa. A produção de instrumentos próprios pode ser compreendida como parte de um processo de descolonização linguística, no qual a descrição da língua se orientava cada vez mais pelas práticas locais, contribuindo para o fortalecimento de uma identidade linguística nacional. Acerca da descolonização linguística, Nunes explica que o

processo de descolonização linguística pode ser definido como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação (Nunes, 2007, p. 36).

Assim, a história da língua no/do Brasil explicita um processo contínuo de encontros, tensões e adaptações. A língua portuguesa, embora introduzida como um instrumento de colonização, foi transformada pela realidade cultural do país, absorvendo elementos de diferentes povos e tornando-se uma expressão única da identidade brasileira. Segundo Dias (2001, p. 196), “a relação entre a concepção de idioma e a concepção da nacionalidade era permeada pelo espaço em que o sujeito encontra a sua identidade”.

Nesse contexto, a caracterização do português brasileiro não pode ser compreendida sem levar em conta as divisões e particularidades que o permeiam.

Como afirma Guimarães (2005, p. 25), “evidentemente que a caracterização do português do Brasil envolve a consideração efetiva das diversas divisões a que a língua portuguesa está sujeita no Brasil, tanto regionais quanto sociais e históricas”.

Ao longo dos séculos, a língua portuguesa no Brasil deixou de ser apenas um legado colonial e tornou-se um símbolo de resistência, diversidade e unidade nacional, materializado em obras, como o **Pequeno Dicionário**, que documentam essa riqueza cultural e linguística.

Este percurso pela história dos dicionários brasileiros, ainda que muito resumido, nos permite observar que a lexicografia brasileira tem uma história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm a ver, embora de modo redutor, com a realidade multilíngue do país. Essa história mostra também a relação entre os instrumentos do colonizador e os do colonizado que pouco a pouco vão surgindo e se estabelecendo (Nunes, 2010, p. 11).

Dessa forma, a produção lexicográfica no Brasil, especialmente com obras como o **Pequeno Dicionário**, assume um papel que vai além do registro linguístico, revelando os anseios de construção de uma identidade nacional coesa em meio à diversidade cultural e regional. Com isso, é essencial compreender os fundamentos que orientaram a criação do **Pequeno Dicionário**, bem como suas finalidades, características e impactos no cenário brasileiro.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO LEXICOGRÁFICA NO BRASIL

O **Pequeno Dicionário**, lançado em 1938, “nasceu” em um contexto de busca intensa por identidade cultural e linguística no Brasil. Na década de 30, o país atravessava um período de transformações políticas e sociais significativas, com o governo de Getúlio Vargas promovendo o nacionalismo e a centralização do poder. Após a Revolução de 1930, que marcou o início da Era Vargas, o Brasil passou por reformas que visavam consolidar uma identidade nacional coesa e independente, capaz de refletir as particularidades do povo brasileiro.

O objetivo era a “nacionalização” do ensino e sob este pretexto, se exerceu estreita censura no âmbito linguístico e cultural. Havia até mesmo o conceito jurídico de “crime idiomático” criado pelo Estado Novo. O crime idiomático se apoiava em decreto do Estado que dispunha sobre que língua se devia falar, quando e onde (Orlandi, 2005, p. 28).

Nesse cenário, a língua surge como um símbolo importante de unidade, e o **Pequeno Dicionário** torna-se parte desse esforço, ao buscar registrar o português com um olhar brasileiro, adequando-o ao uso e às especificidades locais, mas sem romper com a norma tradicional portuguesa, incorporando também brasileirismos, como uma forma de nacionalizar, ainda mais, o dicionário e a língua.

Uma influência marcante na produção de obras lexicográficas, como o **Pequeno Dicionário**, foi a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897, que, desde sua fundação, tinha como um de seus objetivos fortalecer a língua portuguesa no Brasil, promovendo uma literatura e uma linguagem nacionais.

A publicação de dicionários, gramáticas e outras referências linguísticas fazia parte desse projeto de consolidação de uma língua que, embora nascida da matriz portuguesa, estava em constante adaptação à realidade e às vivências do Brasil⁴. Esse movimento revela não apenas uma tentativa de sistematizar o uso da língua no país, mas também um esforço simbólico e político de afirmar uma identidade linguística própria. A produção de obras por autores brasileiros, como dicionários elaborados a partir das necessidades e dos contextos locais, representa um passo importante no processo de descolonização linguística, na medida em que desloca a centralidade da norma europeia e reconhece a legitimidade das práticas linguísticas brasileiras. De acordo com Nunes,

tem lugar nesse momento a construção de um discurso de língua nacional. Percebe-se uma prática de reconhecimento das diferenças e dos falares existentes no território, de maneira que o dicionário se apresenta como um instrumento de descrição e de transformação dessas diferenças, seja pelo discurso da moral, seja pelo da técnica (Nunes, 2006, p. 205).

Trata-se de um momento em que começa a ganhar força a ideia de que o português falado no Brasil não é apenas uma variação do idioma europeu, mas uma língua viva, moldada pela diversidade cultural, pelas marcas da oralidade e

⁴ Embora o português europeu tenha servido como base estrutural da língua nacional, é importante considerar a contribuição dos diversos fluxos migratórios europeus ocorridos principalmente entre os séculos XIX e XX. Colonos italianos, alemães, poloneses, espanhóis, entre outros, não apenas influenciaram aspectos socioculturais regionais, mas também deixaram marcas no léxico, na fonética e em traços sintáticos do português falado no Brasil. Tais influências são particularmente notáveis em determinadas regiões do Sul e Sudeste do país, onde comunidades bilíngues e dialetais contribuíram para a constituição da heterogeneidade linguística brasileira.

pelas experiências sociais que compõe o histórico do país. Assim, os dicionários brasileiros passam a desempenhar um papel fundamental não apenas na organização do léxico, mas também na construção de uma memória linguística nacional, que busca se desvincular da subordinação ao modelo lusitano.

O dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade lingüística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico (Krieger et al., 2009, p. 174).

Nesse contexto, a própria nomeação da língua torna-se significativa. Ao intitular obras como **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, os autores não apenas indicam a origem geográfica da produção, mas reivindicam um espaço de autonomia na representação da língua. A inclusão do adjetivo “*brasileiro*” no título não é um gesto neutro; ela marca uma posição política e ideológica, afirmando que a língua portuguesa, ao ser apropriada pelos brasileiros adquire novos sentidos.

Vocabulários e glossários, assim como os dicionários e gramáticas, são discursos sobre a língua. São discursos que institucionalizam uma língua, que a trabalham como patrimônio; no nosso caso, que institucionalizam, por exemplo, um léxico como de um ou de outro lugar, revelando nuances de sentidos, diferenças e aproximações, compondo, juntos, a heterogeneidade constitutiva dessa língua (Petri e Medeiros, 2017, p. 555).

Tendo isso em vista, Orlandi (2013, p. 115) caracteriza o dicionário como “objeto histórico e de representação da relação do falante com sua língua, na necessidade de um imaginário de unidade da língua nacional”. Da mesma forma, Nunes (2006, p. 11) destaca o dicionário como “um objeto de consulta, que apresenta os significados das palavras com a certitude do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições”.

Essa busca por um imaginário de unidade da língua nacional mencionada por Orlandi (2013) é fundamental para compreender o papel dos dicionários no Brasil, especialmente em uma época de forte impulso nacionalista. O **Pequeno Dicionário** não era apenas um instrumento de consulta, mas um símbolo de

identidade, servindo ao ideal de uma língua que, embora derivada da norma portuguesa, representasse as especificidades culturais e linguísticas do Brasil. De acordo com Orlandi (2013, p. 31), “essa unidade do português do Brasil referido a seu funcionamento historicamente determinado é a marca de sua singularidade”.

A noção de brasileirismo também ocupa um lugar ambíguo no debate sobre a identidade linguística nacional, funcionando simultaneamente como marca das diferenças internas e como elemento constitutivo de um projeto de língua. Essa ambiguidade se deve ao fato de que, por um lado, os brasileirismos evidenciam as especificidades do português falado no Brasil, muitas vezes vistas como desvios em relação à norma europeia, e, por outro, servem como fundamento para a afirmação de uma legitimidade linguística própria, voltada à construção de uma identidade nacional. Ao mesmo tempo em que sinalizam uma ruptura com a tradição lusitana, também reforçam a ideia de uma continuidade necessária para a preservação da unidade da língua. De acordo com Orlandi (2013, p. 114), “essa questão das diferenças e dos brasileirismos permanecerá sempre, por assim dizer, “mal resolvida”, em termos de sua representação quanto à unidade do português de Portugal e do Brasil”.

Além disso, Nunes (2022, p. 34) também destaca que, “além de argumento para a defesa da língua nacional, a noção de brasileirismo funciona também como dispositivo desencadeador de teorizações e instrumentações da língua nacional, como um projeto de futuridade”.

Esse processo de adaptação da língua também revela uma tensão entre a autonomia linguística e a herança colonial. Como observado por Nunes (2010), “a lexicografia brasileira carrega as marcas de uma história de colonização, refletida na coexistência de elementos do idioma português com palavras e expressões desenvolvidas no Brasil”. Sobre isso, Orlandi também destaca,

de diferentes maneiras e em histórias e culturas diversas, no entanto, toda língua nacional se constitui em um processo de confrontos, alianças, oposições, ambiguidades, tensões com outras línguas. A relação língua/nação é tensa e é em uma relação de consistência histórica singular entre a língua e seus falantes que podemos compreendê-la, avaliá-la (Orlandi, 2013, p. 45).

Nesse sentido, o dicionário torna-se um espaço de negociação entre o legado europeu e a criação de uma identidade própria, onde cada palavra registrada carrega uma carga cultural que dialoga com a realidade social, política e histórica do país. Segundo Orlandi (2013, p. 116), “este instrumento linguístico é lugar de construção da memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado”.

Assim, a produção de um dicionário “brasileiro” é uma tentativa de afirmação nacional. No contexto do Estado Novo, o governo de Vargas investia em iniciativas que reforçassem a ideia de um Brasil unificado e independente, e a produção lexicográfica acompanhava essa visão, mesmo com forte controle do Estado. Ao mesmo tempo que normalizava a linguagem para uma população diversa, o dicionário ajudava a idealizar um imaginário coletivo de pertencimento.

Dessa forma, o **Pequeno Dicionário** cumpre o papel de consolidar o idioma como um elemento integrador, promovendo uma identidade linguística que, embora reconhecesse suas raízes lusitanas, celebrava a diversidade e a singularidade da cultura brasileira. Conforme Orlandi (2012, p. 29), “a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação”.

O fortalecimento dessa identidade linguística brasileira por meio de obras lexicográficas também atendia à necessidade de legitimar o português como a língua oficial e unificadora do país, especialmente em um território tão vasto e culturalmente diverso. O dicionário funcionava como um veículo para a padronização e difusão da língua culta, que, por sua vez, era vista como um caminho para a inclusão e a coesão social, conforme os objetivos educacionais do Estado Novo. Essa unificação era especialmente importante em um país onde conviviam diversas línguas indígenas, africanas e europeias, além de dialetos e variantes regionais do próprio português. Nesse sentido, a singularidade linguística do Brasil reside na capacidade de integrar suas diferentes origens em um processo dinâmico e contínuo de transformação. Como destaca Orlandi

a característica linguística brasileira é falarmos o brasileiro, mesmo com nossas diferentes origens. Não achamos que se deva ficar no fixismo das origens. O processo de contato e transformação é o próprio da história das línguas. (Orlandi, 2005, p. 31)

Além disso, ao adotar uma abordagem que valoriza brasileirismos e adaptações da língua, o dicionário propicia o reconhecimento de traços culturais próprios do Brasil, legitimando a variante brasileira do português em um momento histórico de afirmação nacional. Esse reconhecimento, promovido também pela Academia Brasileira de Letras, contribui para uma valorização do falar brasileiro que ultrapassa as barreiras institucionais e acadêmicas, aproximando-se do cotidiano da população. Assim, a obra não apenas padroniza, mas apresenta uma tentativa de representar singularidades do português brasileiro, permitindo que a língua seja tanto um elo de unidade nacional quanto uma expressão da diversidade cultural.

2.2 SOBRE O PEQUENO DICIONÁRIO

A produção de dicionários no Brasil está intimamente ligada ao desejo de consolidar uma identidade linguística própria, especialmente quando se considera o português falado e escrito em território brasileiro. O **Pequeno Dicionário**, publicado em 1938, é uma obra que exemplifica essa busca por representação nacional em meio a um contexto marcado pela tentativa de afirmação de uma identidade brasileira.

Quando se trata da relação com o Estado há uma relação bastante conflituosa entre a língua materna e a língua nacional, face às necessidades da população de imigrantes. A relação língua e Estado não é menos complexa. (Orlandi, 2005, p. 32)

Lançado em um período de nacionalismo intenso, durante o governo de Getúlio Vargas, como já pontuamos, o dicionário reflete o esforço de criar uma norma linguística que atenda à realidade brasileira, ainda que sem desvincular-se completamente das raízes coloniais e da norma portuguesa. De acordo com Mariani (2004, p. 22), “o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social”.

Foi elaborado desde a primeira edição por uma equipe de colaboradores, e nas edições subsequentes contou com outros nomes e foi publicado pela Editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro/São Paulo). A obra foi idealizada para

preencher uma lacuna na lexicografia brasileira: a necessidade de um dicionário que dialogasse diretamente com a realidade linguística do Brasil, considerando suas peculiaridades regionais e culturais.

Percebe-se uma prática de reconhecimento das diferenças e dos falares existentes no território, de maneira que o dicionário se apresenta como um instrumento de descrição e de transformação dessas diferenças, seja pelo discurso da moral, seja pelo da técnica. (Nunes, 2006, p. 205)

A proposta do dicionário era oferecer um instrumento acessível ao público brasileiro, adaptado às demandas de uma sociedade em transformação. Também buscava legitimar as particularidades da língua brasileira, incorporando expressões e usos locais, enquanto estabelecia uma base normativa que atendesse às necessidades educacionais e culturais da época. Segundo Krieger,

o sucesso do PDBLP está também associado ao fato de ser versátil, no sentido de que aparece apenas em um único volume. Tal versatilidade justifica-se pela preocupação com os usuários que seriam, conforme texto prefacial “o grande público do país” e não apenas literatos e outros profissionais que cultivavam a língua. (Krieger, 2009, p. 181)

Assim, a obra se destacou não apenas por sua funcionalidade, mas também por sua contribuição ao fortalecimento da língua portuguesa como um elemento de coesão social no Brasil. Tornou-se um marco lexicográfico ao consolidar uma visão da língua que, embora herdada da matriz europeia, era profundamente transformada pelas realidades culturais do país. Para Orlandi (2013, p. 133), “o ponto fundamental para o dicionário, como para a gramática, a meu ver, é trabalhar não a *função* do dicionário, mas seu *funcionamento* na relação do sujeito com a língua, incluindo-se aí não só a relação com as condições de produção imediatas, porém com a memória, ou seja, vê-lo como um discurso”.

Tendo isso em vista, na sequência, realizar-se-ão gestos de interpretação sobre o *corpus* delimitado para essa reflexão, que é composto por recortes discursivos (RD) do objeto de análise, iniciando pelo funcionamento discursivo do título.

2.3 TÍTULO E POSSÍVEIS SIGNIFICAÇÕES

O título **Pequeno Dicionário** permite-nos problematizar uma série de aspectos que constituem tanto as condições de produção quanto as determinações ideológicas de sua elaboração. Cada elemento do título - *pequeno*, *brasileiro* e *língua portuguesa* - carrega significados específicos sobre a identidade linguística e o contexto histórico-cultural do período.

O termo *pequeno* caracteriza-se como um adjetivo, cuja função no título se constitui como um delimitador do substantivo “dicionário”, indicando uma obra que se propõe a apresentar um conteúdo condensado, possivelmente com o objetivo de simplificar o uso da língua e torná-la mais acessível a um público amplo.

Essa característica pode ser interpretada como uma estratégia para popularizar e difundir o uso da norma culta do português entre a população brasileira, de modo a reforçar um ideal de unidade linguística. De acordo com Pfeiffer (2001, p. 178), “é um deslocamento ainda sutil que está se dando nos sentidos que conformam uma unidade linguística para a “língua nacional” em que sendo a mesma (portuguesa) é outra (brasileira)”.

O adjetivo *brasileiro* é um ponto de destaque no título e aponta para uma tentativa de afirmar uma identidade linguística nacional. Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil passava por um momento de intensa valorização de elementos nacionais, e a criação de uma norma linguística “brasileira” fazia parte desse movimento. Essa construção linguística, entretanto, está intimamente ligada à história de colonização e à diversidade cultural do país. Como aponta Nunes,

este percurso pela história dos dicionários brasileiros, ainda que muito resumido, nos permite observar que a lexicografia brasileira tem muita história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm a ver, embora de modo redutor, com a realidade multilíngue do país (Nunes, 2010, p. 11).

O uso do termo *brasileiro* sugere um esforço para consolidar o português falado no Brasil como uma variante legítima e distinta, ainda que ancorada na norma portuguesa. Segundo Nunes (2010, p. 10), “não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que complementaríamos os dicionários portugueses, mas, sim,

de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil”.

Já a expressão *língua portuguesa* completa o título e produz a ambiguidade desse projeto de construção identitária.

Nesse sentido, pensar a língua portuguesa é pensar que ela se liga a duas histórias e a duas estruturas distintas; não se trata de uma língua homogênea, ela é heterogênea não só em relação a Portugal e ao Brasil, mas também quanto à língua que circula, a que se liga a cada Nação (Schneiders, 2017, p. 341-342).

Ao mesmo tempo em que se pretende criar uma versão "brasileira" do português, o título reafirma a ligação com a língua portuguesa, numa relação de continuidade com a tradição linguística europeia. Isso produz uma situação de dependência cultural que, embora fosse questionada, não poderia ser completamente rompida no contexto do início do século XX. Orlandi afirma que

o que está em questão, não é somente a predominância de uma língua sobre as outras, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação. E é nesse sentido que será percebida a diferença da língua no Brasil em relação à língua em Portugal (Orlandi, 2001, p. 24).

Em suma, o **Pequeno Dicionário** emerge como um marco na história da lexicografia brasileira, atuando como um artefato linguístico e discursivo determinado pelos projetos ideológicos e culturais de seu tempo. Sob o viés da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, ele não se limita a registrar palavras e significados, mas opera como uma prática discursiva que constrói sentidos sobre a língua e a identidade nacional. De acordo com Nunes (2006, p. 15), “ler o dicionário com esse olhar metódico leva a observar e a compreender o modo como ele produz sentidos em certas conjunturas, levando-se em conta sua materialidade discursiva”.

Portanto, ele pode ser entendido como um espaço simbólico onde as tensões entre tradição e inovação, colonialidade e independência, são inscritas permitindo um olhar crítico sobre como a língua foi (e continua sendo) historicamente configurada como parte fundamental da identidade brasileira.

2.4 PREFÁCIOS E O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

Entendemos que o **Pequeno Dicionário** constitui um esforço de tornar o conhecimento linguístico mais acessível a um público amplo, sem abrir mão da precisão exigida pela tradição lexicográfica. Publicado em um contexto de crescente valorização da educação, o dicionário reflete as demandas de seu tempo, buscando orientar o uso da língua portuguesa de maneira prática e normatizada.

Com efeito, para o analista de discurso, o dicionário é histórico, não por que seja datado – o que não se nega –, não porque esteja preso a uma temporalidade específica, mas porque, como instrumento linguístico (Auroux, 1992), é objeto simbólico, tem memória (Ferrari; Medeiros, 2012, p. 89).

Nesta análise, propomo-nos examinar as escolhas que estruturam a obra e sua inserção no panorama da lexicografia brasileira, a fim de compreender não apenas suas características técnicas, mas também seus vínculos com o contexto social e cultural de sua produção. Segundo Nunes,

por consistir nesse espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição, o dicionário é um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas. Nele as significações não são aquelas que se singularizam em um texto tomado isoladamente, mas sim as que sedimentam e que apresentam traços significativos de uma época (Nunes, 2006, p.11).

Além de Nunes (2006), Ferrari e Medeiros (2012) também afirmam que,

para o analista de discurso, o dicionário tece um intrincado jogo de delimitação dos sentidos; e, no entanto, em cada uma dessas já corriqueiras práticas, aquilo que não é formulado se inscreve, o não dito se faz presente e aponta outras pistas de leitura. Em sua materialidade linguística, podem ser lidas rotas de sentidos, com seus desvios, atalhos, buracos, tapumes (Ferreira e Medeiros, 2012, p.89).

Dentro dessa perspectiva, o prefácio do **Pequeno Dicionário** desempenha um papel fundamental na compreensão dos objetivos que orientam a obra. Mais do que um texto introdutório, o prefácio expõe os preceitos que norteiam a seleção e a organização do dicionário, explicitando o compromisso com a clareza e a identidade nacional. Nunes (2006, p. 33) afirma que os prefácios, vistos aqui amplamente como os textos introdutórios de um dicionário, constituem material

fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo.

Ao retratar as intenções que sustentam a elaboração do dicionário, o prefácio permite entender que a obra não se propõe apenas a registrar palavras, mas também insere o leitor em um projeto maior de valorização da língua portuguesa.

Diante disso, percebe-se a ênfase dada à elaboração de um dicionário monolíngue, como deixa claro a nota da editora da 1ª edição do ano de 1938, ao ressaltar a necessidade de fortalecer uma referência linguística própria para os brasileiros. Assim, a editora destaca:

(RD1): O PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA que temos o prazer de apresentar é trabalho elaborado por vários filólogos e, ao que sabemos, a primeira tentativa de um **dicionário genuinamente brasileiro**, enriquecido de grande número de **vocabúlos novos** e aliviado de palavras arcaicas, já completamente em **desuso em Portugal e principalmente no Brasil**. (PDBLP, 1938, 1ª edição, negritos nossos)

A partir dessa nota, percebe-se que o dicionário tinha dois objetivos principais: atualizar o vocabulário, incorporando novas palavras usadas no Brasil, o que é percebido no trecho “*enriquecido de um grande número de vocabúlos novos e aliviado de palavras arcaicas*”, e mostrando uma tentativa de reforçar uma identidade linguística própria, diferente da portuguesa, o que também é perceptível no título, com a palavra “brasileiro” e no trecho que enfatiza ser “*a primeira tentativa de um dicionário genuinamente brasileiro*”. Essa proposta de modernizar e adaptar a língua ao contexto brasileiro dá à primeira edição do **Pequeno Dicionário** (1938) um caráter inovador. Foi organizado por um grupo de filólogos⁵, visto como um

⁵ Este Dicionário - aumentado em cerca de 25% na presente edição — foi organizado por Hildebrando De Lima, com revisão, na parte geral, por Manuel Bandeira e José Baptista Da Luz refundido e aumentado, na 2.ª edição, por Antenor Nascentes (Filologia e Gramática), Carlos Delgado De Carvalho (Geografia e História) e Francisco Venâncio Filho (Física, Química e Mecânica); por Fernando De Azevedo (Sociologia, Antropologia e Educação), Leonam De Azeredo Penna (Botânica, Agronomia e Meteorologia), Oscar Monte (Zoologia), René Laclette (Medicina e Anatomia) e Aurelio Buarque De Hollanda Ferreira (Brasileirismos e redação); na 4.ª, por Carlos Del Nero (Geologia e Mineralogia) e Thales De Mello Carvalho (Matemática); na 5.ª, por Herbert Baldus (Etnologia); na 6.ª, por Otto Maria Carpeaux (Literatura, Belas-Artes, Filosofia e Psicologia); na 6.ª e na 9.ª, por Aurelio Buarque De Hollanda Ferreira (parte geral e brasileirismos) e Paulo Rónai (Palavras e locuções estrangeiras); e na 10.ª edição, pelos colaboradores cujos nomes figuram no frontispício e por Sérgio Estanislau Do Amaral (Geologia, Petrologia e Mineralogia), Aluísio Arruda (Direito, Comércio e Finanças), Aroldo De Azevedo (Geografia e Astronomia), Herbert Baldus (Etnografia e Etnologia), Mário Guimarães Ferri (Botânica), Rômulo Ribeiro Pieroni (Química, Física, Mecânica e Medicina), Olivério De Oliveira Pinto (Zoologia e

dicionário que foi pensado para ser útil no dia a dia, sem deixar de valorizar a cultura nacional, o que é notável na sequência da nota:

(RD2): É também o primeiro dicionário publicado nas **duas ortografias**, fonética e etimológica, o que lhe aumenta a utilidade neste período de transição ortográfica. (PDBLP, 1938, 1ª edição, negritos nossos)

Ao retirar palavras antigas e privilegiar aquelas mais usadas no cotidiano, conforme o trecho: *“já completamente em desuso em Portugal e principalmente no Brasil”*, a obra mostra um esforço claro de aproximar a norma culta da realidade dos falantes, reafirmando a língua portuguesa como parte importante da construção de uma identidade brasileira. Ao mesmo tempo, o dicionário contribui para a formação de uma memória lexicográfica nacional, preservando uma visão particular da língua em um momento histórico de grandes transformações culturais, sociais e educacionais.

A memória do dicionário é uma memória institucionalizada e pelo texto do dicionário ou fragmentos dele, como um verbete, uma acepção, um exemplo, a memória é transferida de uma língua a outra, de um país a outro, de uma instituição a outra, de uma disciplina a outra, e a cada vez é reconfigurada, esquecida, reorganizada, silenciada etc. Essa é uma característica discursiva dos objetos tecnológicos lexicográficos (Nunes, 2013, p. 163).

Com a publicação da terceira edição do **Pequeno Dicionário**, em 1942, observa-se que a intenção de consolidar uma identidade linguística nacional permaneceu. A obra preserva o foco em registrar o português falado e escrito no Brasil, atualizando seu repertório sem romper com os princípios estabelecidos desde sua primeira edição. De acordo com a nota dos editores,

(RD3): O PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA é uma obra que **já se incorporou ao patrimônio da cultura nacional** de que se pode considerar, nas suas ambições limitadas, um índice realmente expressivo. Não se planejou, de fato, senão para ser um “pequeno dicionário”, **de fácil manuseio e ao alcance de todos os que se interessam pelo estudo da língua portuguesa falada no Brasil**. Não tendo pretensões a obra de erudição, fartamente documentada, **eliminou desde a primeira edição as palavras e expressões arcaicas** como as citações de exemplos colhidos nas fontes clássicas e destinadas a esclarecer o emprego dos vocábulos, nas diferentes fases de evolução da

língua e da literatura. Que a idéia de um PEQUENO DICIONÁRIO, **genuinamente brasileiro, atendia a uma aspiração geral** e já estava amadurecida para ser posta em execução, basta para prová-lo o **extraordinário êxito que logrou**, atingindo, nas suas três edições, cem mil exemplares, em quatro anos. (PDBLP, 1942, 3ª edição, negritos nossos)

Esse sucesso editorial, ou “*extraordinário êxito que logrou*”, alcançando cem mil exemplares em apenas quatro anos, mostra a recepção positiva da obra por parte do público brasileiro. Ademais, o trecho: “*não tendo pretensões a obra de erudição, fartamente documentada, eliminou desde a primeira edição as palavras e expressões arcaicas como as citações de exemplos colhidos nas fontes clássicas e destinadas a esclarecer o emprego dos vocábulos, nas diferentes fases de evolução da língua e da literatura*”, provoca a entender que a população buscava acessar uma referência linguística vinculada a sua realidade. Além disso, a obra é apresentada como algo que “*se incorporou ao patrimônio da cultura nacional*”, o que confere ao dicionário uma estatura institucional, uma espécie de reconhecimento de sua legitimidade. Não se trata de afirmar apenas sua utilidade ou seu sucesso editorial, que também é destacado, mas de situá-lo como parte de um legado cultural.

O dicionário, ao se propor como “*de fácil manuseio e ao alcance de todos os que se interessam pelo estudo da língua portuguesa falada no Brasil*”, mostra a contribuição para democratizar o acesso ao conhecimento linguístico e demonstra um gesto de abertura para toda a população. Ademais, destaca-se a forma como a “*língua portuguesa falada no Brasil*” é recortada como objeto. O trecho não menciona simplesmente “*a língua portuguesa*”. A adição de “*falada no Brasil*” demarca uma territorialidade, uma especificidade nacional que passa a ser afirmada e protegida. Essa construção é relevante porque posiciona a língua brasileira como legítima, mesmo que abrigada sob o nome do português.

Ao preservar o caráter “*genuinamente brasileiro*”, o dicionário continua a desempenhar um papel importante na construção de uma identidade linguística nacional. A opção por uma linguagem mais próxima da fala cotidiana, sem renunciar à legitimidade normativa, posiciona a obra como uma ponte entre o saber acadêmico e o uso popular da língua. A cada nova edição, reafirma-se não apenas a função prática da obra como instrumento de consulta, mas também sua dimensão

simbólica como espaço de memória, representação e identidade. Isso fica explícito na sequência da nota dos editores da terceira edição.

(RD4): Esta edição, **cuidadosamente revista e consideravelmente aumentada**, sobretudo na parte relativa aos **brasileirismos**, representa mais um grande esforço dos editores, para **tornar cada vez mais exato e completo** o PEQUENO DICIONÁRIO e **para por a serviço do público, a preço acessível, a melhor obra, no gênero, de caráter popular, - em língua portuguesa**. Entre outros, Antenor Nascentes, Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira, Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Francisco Venancio Filho, Baptista da Luz, Azeredo Penna, Oscar do Monte e René Laclette prestaram, nas suas respectivas especialidades, valiosa colaboração, dentro do mesmo espírito com que se organizou o dicionário, no seu plano primitivo. Sem se alongar em demasias técnicas, tornou-se o léxico mais preciso, nas suas definições, e foi **completamente refundido**, para servir não a especialistas em qualquer dos setores de conhecimentos, mas ao **grande público do país**. Entre as novidades que traz esta edição, convem ressaltar a acentuação de palavras de pronúncia duvidosa e a inclusão da regência dos verbos (PDBLP, 1942, 3ª edição, negritos nossos).

O trecho materializa um esforço de aproximação entre o trabalho lexicográfico e a realidade do povo brasileiro. Quando os editores dizem que a edição foi “*cuidadosamente revista e consideravelmente aumentada, sobretudo na parte relativa aos brasileirismos*”, o que vemos é um cuidado não apenas técnico, mas, de certa forma, afetivo. O advérbio “*cuidadosamente*” mostra que não se trata de uma simples revisão, mas de dar uma atenção especial.

O destaque aos “*brasileirismos*” reforça o compromisso da obra com uma linguagem que represente, de fato, o que se fala no Brasil. Não se trata apenas de uma atualização de vocabulário, mas de uma valorização da identidade linguística brasileira. É um gesto de escuta e de atenção ao que se diz nas ruas, nos jornais, nas escolas, e de reconhecimento da variedade da língua que se fala aqui. Considerando esse contexto, vale observar de que forma o verbete “brasileirismo” é apresentado na terceira edição do dicionário:

(RD5): **Brasileirismo**, s. m. Locução própria de *brasileiro*; modismo próprio da linguagem dos *brasileiros*; (Bras.) caráter distintivo do *brasileiro* e do *Brasil*; sentimento de amor ao *Brasil*; *brasildade*.

O verbete *brasileirismo* explicita a profundidade do projeto lexicográfico da obra. A primeira parte da definição, “*locução própria de brasileiro; modismo próprio da linguagem dos brasileiros*”, já indica uma preocupação em reconhecer formas

específicas do falar nacional, ou seja, expressões que nascem e circulam no cotidiano do Brasil, o que demonstra que o principal diferencial da língua no/do Brasil recai sobre os brasileirismos. Essa escolha mostra que o dicionário não está apenas registrando palavras, mas também legitimando um jeito brasileiro de usar a língua. Sobre os brasileirismos, Horta Nunes (2001) destaca que

os brasileirismos eram considerados como “empréstimos” ou influências das línguas com as quais o português teve contato no Brasil, a saber, sobretudo, as línguas indígenas e africanas. Formou-se assim um domínio lexicográfico particular (Nunes, 2001, p. 71).

Na sequência, o verbete se expande para além do campo linguístico e se aproxima de um sentido mais simbólico: *“caráter distintivo do brasileiro e do Brasil; sentimento de amor ao Brasil; brasilidade.”*. Essa ampliação do significado é bastante significativa, pois, ao definir brasileirismo como algo que carrega o *“sentimento de amor ao Brasil”*, os autores reconhecem a língua como parte do que nos constitui enquanto povo. A palavra deixa de ser apenas uma forma de comunicação e passa a carregar traços de identidade, nacionalidade, pertencimento e orgulho.

Esse tipo de definição, que une linguagem, cultura e afeto, reforça a ideia de que o dicionário não se limita a registrar o que é correto ou normativo. Ao incluir a brasilidade como parte do verbete, o dicionário inscreve uma visão de país e de povo, reverberando muito sobre o momento histórico e cultural em que foi produzido. Assim, brasilidade também é definida como:

(RD6): **Brasilidade**, s. f. (Bras.) Propriedade distintiva do *brasileiro* e do *Brasil*; amor ao *Brasil*.

A definição de “brasilidade” reforça e aprofunda o sentido simbólico já apresentado no verbete “brasileirismo”. Ao afirmar que “brasilidade” é a *“propriedade distintiva do brasileiro e do Brasil; amor ao Brasil”*, o dicionário mais uma vez ultrapassa a função descritiva da língua e se posiciona como um instrumento de afirmação identitária.

O uso da palavra *“propriedade”* sugere que há algo que é próprio, único e inerente ao ser brasileiro, como um traço que nos diferencia e nos constitui. Já a

menção ao *“amor ao Brasil”* transforma a definição em um gesto afetivo e patriótico, alinhado com um momento histórico em que o país buscava consolidar símbolos e referências culturais próprias. Ao registrar brasilidade dessa forma, ele participa da formação de uma memória social e pessoal sobre o que significa ser brasileiro.

Ainda, ao apresentar a afirmação na nota que o dicionário foi pensado para estar *“ao serviço do público, a preço acessível”*, os editores deixam claro que queriam que a obra fosse usada, estivesse presente no cotidiano das pessoas. Isso dá ao dicionário um caráter popular, não no sentido de simplista, mas de acessível e feito para circular e para fazer parte da vida da população.

Outro ponto que chama atenção é a lista de colaboradores, mostrando que nomes importantes como Antenor Nascentes, Aurélio Buarque de Holanda, entre outros, participaram da construção da obra. Isso mostra que o dicionário é fruto de um trabalho coletivo, feito com o apoio de diferentes estudiosos situados em especialidades distintas, mas sem perder o foco no público geral. O tom da nota mostra respeito pelo saber especializado, mas também a intenção de não transformar esse saber em algo distante ou inalcançável, conforme o trecho: *“prestaram, nas suas respectivas especialidades, valiosa colaboração, dentro do mesmo espírito com que se organizou o dicionário, no seu plano primitivo”*.

Quando os editores dizem que o dicionário foi *“completamente refundido”* e que se tornou *“mais preciso, nas suas definições”*, percebe-se o esforço em melhorar, o que fica evidente no trecho: *“para servir não a especialistas em qualquer dos setores de conhecimentos, mas ao grande público do país”*. Isso fica ainda mais claro quando apontam as mudanças práticas, como a marcação de palavras com pronúncia difícil e a inclusão das regências verbais.

Assim, a análise do **Pequeno Dicionário** mostra que a obra foi concebida com o propósito de tornar o conhecimento linguístico mais acessível, sem abrir mão da clareza e da normatividade. Desde sua primeira edição, observa-se um esforço em aproximar a norma culta da realidade linguística brasileira, valorizando palavras em uso cotidiano e evidenciando um cuidado em representar a variedade nacional da língua portuguesa. O destaque para os brasileirismos, a exclusão de arcaísmos e o uso de exemplos práticos revelam uma proposta de dicionário voltada tanto para a utilidade quanto para a afirmação de uma identidade linguística própria.

Além de seu caráter funcional, o dicionário adquire uma dimensão simbólica, ao se posicionar como instrumento de valorização da língua falada no Brasil. O destaque dado a aspectos como a pronúncia, a regência verbal e os usos brasileiros mostram que o dicionário não apenas reflete, mas também orienta modos de uso da língua em determinados contextos históricos.

Dessa forma, o **Pequeno Dicionário** configura-se como uma obra de ampla circulação e impacto, tanto pelo seu conteúdo quanto pelo seu papel na consolidação de uma referência linguística voltada ao público brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os gestos de interpretação produzidos, entende-se que o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** deve ser compreendido como um artefato discursivo cuja elaboração e circulação se inscrevem em projetos ideológicos e culturais específicos, especialmente vinculados à construção de uma identidade linguística nacional. Através da análise das notas editoriais e dos prefácios de diferentes edições da obra, foi possível identificar um gesto de institucionalização da variedade brasileira do português, em meio às tensões entre a herança da norma europeia e a busca por uma linguagem que represente as particularidades sociais, históricas e culturais do Brasil.

A introdução dos brasileirismos, a supressão de expressões arcaicas e a preocupação em tornar o dicionário acessível a um público amplo explicitam o engajamento da obra em um movimento que visa não apenas normatizar a língua, mas também inscrevê-la em uma política de valorização dos modos de falar e viver brasileiros. O dicionário, nesse sentido, assume uma função que ultrapassa a catalogação de vocábulos: ele contribui para a formação de um imaginário de língua nacional, participa de um processo de descolonização linguística e atua na legitimação de determinadas práticas discursivas em detrimento de outras.

Além disso, essa reflexão permitiu observar que a constituição do dicionário como um espaço de memória e de projeção de sentidos está profundamente relacionada às conjunturas históricas nas quais foi produzido, especialmente ao contexto nacionalista do Estado Novo. Nesse cenário, a obra cumpre o papel de mediar a relação entre língua, sujeito e nação, contribuindo para a consolidação de um projeto linguístico que articula unidade e diversidade sob o amparo de uma identidade nacional emergente.

Portanto, compreender o **Pequeno Dicionário** a partir da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas possibilita problematizar sua dimensão política e simbólica, permitindo reconhecer que o trabalho lexicográfico, longe de ser neutro ou puramente técnico, está enredado em processos de significação que dizem respeito à constituição dos sujeitos, à memória coletiva e às disputas por sentido que atravessam a história da língua no Brasil. Espera-se, assim, que esta pesquisa contribua para ampliar o debate sobre os instrumentos

linguísticos como práticas discursivas e para fomentar uma reflexão crítica acerca das relações entre língua, poder e identidade.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. – 3º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- DIAS, L. F. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: **História das idéias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- FERRARI, A.; MEDEIROS, V. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício / In the history of a demonym the tension of inscribing the occupation. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 32, 2012.
- GUIMARÃES, E. A Língua Portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**. São Paulo, SBPC, 2005.
- KRIEGER, M. da G.; MÜLLER, A. F.; GARCIA, A. R. da R.; BATISTA, R. P. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009.
- MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MEDEIROS, V.; PETRI, V. Que língua é essa que, em solo brasileiro, se institucionaliza nos instrumentos linguísticos? In: **Simpósio 20 - História e memória na língua portuguesa em tempos de colonização/descolonização linguística**, 551-566. Università del Salento, 2017.
- NUNES, J. H. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista argentina de historiografía lingüística**, V, 2, 159-172, 2013.
- NUNES, J. H. Dicionário, Silêncio e História. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. esp., p. 27-41, 2022.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010.
- NUNES, J. H. Léxico e Língua Nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: **História das idéias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional** Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- NUNES, J. H. Os dicionários portugueses: e a descolonização linguística. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 10, n. 20, p. 25–39, 2007.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, (37), 107–124, 2008.

ORLANDI, E. P. A língua brasileira. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 23, 2012.

ORLANDI, E. P. **História das idéias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

ORLANDI, E. P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo - 1937/1945). **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 8, n. 15, p. 27–33, 2005.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Editora Pontes, 2001, p. 21-38.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 1º ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Civilização Brasileira S/A Editora, 1938.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 11º ed. São Paulo / SP, Companhia Editora Nacional, 1973.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 3º ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Civilização Brasileira S/A Editora, 1942.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, p. 39-48, 2013.

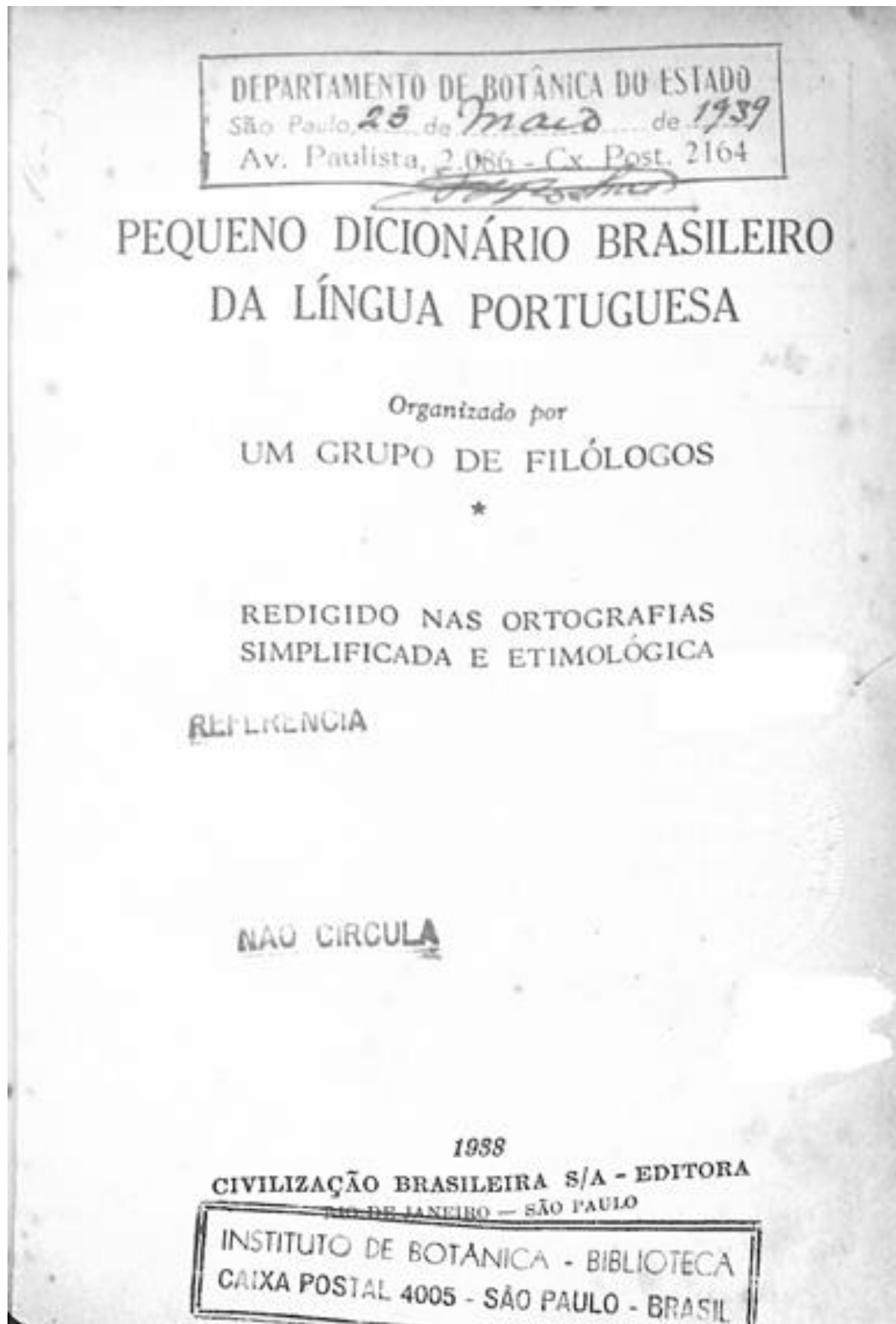
PETRI, V. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. In: **Línguas e instrumentos linguísticos 29** / Campinas: CNPq - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2012: Unicamp, 1997-2012.

PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Editora Pontes, 2001.

SCHNEIDERS, C. A língua do/no Brasil: efeitos da memória e da história. **Gragoatá**, Niterói, v.22, n. 42, p. 329-344, jan.-abr. 2017.

SOUZA, T. C. C. Aspectos da historicidade da língua portuguesa falada no Brasil. In: **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Editora Pontes, 2001.

ANEXO A – NOTA DA EDITORA DA 1ª EDIÇÃO/1938



NOTA DA EDITORA

O PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA que temos o prazer de apresentar é trabalho elaborado por vários filólogos e, ao que sabemos, a primeira tentativa de um dicionário genuinamente brasileiro, enriquecido de grande número de vocábulos novos e aliviado de palavras arcaicas, já completamente em desuso em Portugal e principalmente no Brasil.

É também o primeiro dicionário publicado nas duas ortografias, fonética e etimológica, o que lhe aumenta a utilidade neste período de transição ortográfica.

Como tentativa que é, sabemos-lo deficiente e sujeito a ser refundido e melhorado, em sucessivas edições, para as quais muito hão de concorrer as críticas e sugestões que nos forem apresentadas por todos os interessados e, especialmente, pelos competentes na matéria.

ANEXO B – NOTA DOS EDITORES DA 3ª EDIÇÃO/1942

Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa

Organizado por
HILDEBRANDO LIMA e GUSTAVO BARROSO

Revisto por
MANUEL BANDEIRA e JOSE BAPTISTA DA LUZ

★

Redigido nas ortografias simplificada e mista

★

3.ª EDIÇÃO

Refundida, revista e aumentada por

Antenor Nascentes (Vocabulário de Filologia e Gramática);
Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira (Brasilismos
e colação); C. Delgado de Carvalho (Geografia e História);
Fernando de Azevedo (Botânica, Etnografia, Antropologia
e Educação); Francisco Venâncio Filho (Física, Química
e Mecânica); José Baptista da Luz (Ortografia); Leonam
de Azevedo Penna (Botânica, Agronomia e Meteorologia);
Oscar do Monte (Zoologia); René Lachette (Medicina
e Anatomia).

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S/A
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

1942

NOTA DOS EDITORES

O PEQUENO DICIONARIO BRASILEIRO DA LINGUA PORTUGUESA é uma obra que já se incorporou ao patrimonio da cultura nacional de que se pode considerar, nas suas ambições limitadas, um indice realmente expressivo. Não se planejou, de fato, senão para ser um "pequeno dicionario", de facil manuseio e ao alcance de todos os que se interessam pelo estudo da lingua portuguesa falada no Brasil. Não tendo pretensões a obra de erudição, fartamente documentada, eliminou desde a primeira edição as palavras e expressões arcaicas como as citações de exemplos colhidos nas fontes clássicas e destinadas a esclarecer o emprego dos vocábulos, nas diferentes fases de evolução da lingua e da literatura. Que a idéia de um PEQUENO DICIONARIO, genuinamente brasileiro, atendia a uma aspiração geral e já estava amadurecida para ser posta em execução, basta para prová-lo o extraordinario êxito que logrou, atingindo, nas suas três edições, cem mil exemplares, em quatro anos.

Esta edição, cuidadosamente revista e consideravelmente aumentada, sobretudo na parte relativa aos brasileirismos, representa mais um grande esforço dos editores, para tornar cada vez mais exato e completo o PEQUENO DICIONARIO e para por a serviço do público, por preço acessível, a melhor obra, no gênero, de carater popular, — em lingua portuguesa. Entre outros, Antenor Nascentes, Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira, Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Francisco Venancio Filho, Baptista da Luz, Azeredo Penna, Oscar do Monte e René Laclette prestaram, nas suas respectivas especialidades, valiosa colaboração, dentro do mesmo espírito com que se organizou o dicionario, no seu plano primitivo. Sem se alongar em demasias técnicas, tornou-se o léxico mais preciso, nas suas definições, e foi completamente refundido, para servir não a especialistas em qualquer dos setores de conhecimentos, mas ao grande público do país. Entre as novidades que traz esta edição, convem ressaltar a acentuação de palavras de pronuncia duvidosa e a inclusão da regencia dos verbos. Os editores esperam e solicitam as sugestões dos competentes, para a 4.ª edição, já em preparo, mediante a contribuição de professores altamente reputados nos seus domínios de estudos.

ANEXO C – PREFÁCIO DA 11ª EDIÇÃO/1973

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa

11.ª EDIÇÃO

Supervisionado e consideravelmente aumentado
até a 10ª edição
por

AURELIO BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA

com a assistência de

JOSÉ BAPTISTA DA LUZ

e revisto e aumentado por inúmeros especialistas

1º VOLUME



SEDEGRA

Este Dicionário — aumentado em cerca de 25% na presente edição — foi organizado por HILDEBRANDO DE LIMA, com revisão, na parte geral, por MANUEL BANDEIRA e JOSÉ BAPTISTA DA LUZ; refundido e aumentado, na 2.^a edição, por ANTENOR NASCENTES (Filologia e Gramática), CARLOS DELGADO DE CARVALHO (Geografia e História) e FRANCISCO VENÂNCIO FILHO (Física, Química e Mecânica); por FERNANDO DE AZEVEDO (Sociologia, Antropologia e Educação), LEONAM DE AZEVEDO PENNA (Botânica, Agronomia e Meteorologia), OSCAR MONTE (Zoologia), RENÉ LACLETTE (Medicina e Anatomia) e AURELIO BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA (Brasileirismos e redação); na 4.^a, por CARLOS DEL NERO (Geologia e Mineralogia) e THALES DE MELLO CARVALHO (Matemática); na 5.^a, por HERBERT BALDUS (Etnologia); na 6.^a, por OTTO MARIA CARPEAUX (Literatura, Belas-Artes, Filosofia e Psicologia); na 6.^a e na 9.^a, por AURELIO BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA (parte geral e brasileirismos) e PAULO RÓNAI (Palavras e locuções estrangeiras); e na 10.^a edição, pelos colaboradores cujos nomes figuram no frontispício e por SÉRGIO ESTANISLAU DO AMARAL (Geologia, Petrologia e Mineralogia), ALFONSO ARRUDA (Direito, Comércio e Finanças), AROLD DE AZEVEDO (Geografia e Astronomia), HERBERT BALDUS (Etnografia e Etnologia), MÁRIO GUIMARÃES FERREI (Botânica), RÔMULO RIBEIRO PIERONI (Química, Física, Mecânica e Medicina), OLIVÉRIO DE OLIVEIRA PINTO (Zoologia e Entomologia), THOMAS AQUINO DE QUEIROZ (Artes Gráficas), OSVALDO SANGIORGI (Matemática) e PAULO RÓNAI (Palavras e locuções estrangeiras).

NOTA: Este Dicionário foi elaborado pela nova ortografia, Lei nº 5.765, de 16 de dezembro de 1971. No entanto, no *Prefácio* e nas *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1943, foi mantida a ortografia vigente na época.

PREFÁCIO

TENDO colaborado neste Dicionário desde a 3.^a edição — especialmente na sexta e na nona, e muito especialmente na atual, em que o submeti a uma revisão rigorosa, não apenas quanto à redação, mas ainda quanto ao método, e à ortografia, e lhe acrescentei perto de dez mil palavras e acepções, entre as quais inúmeros brasileirismos¹, embora já fosse grande, para as proporções da obra, o trabalho feito em tal sentido nas impressões anteriores — pareceu-me necessário dar aqui alguns esclarecimentos acerca de correções por mim feitas a erros que se vêm repetindo em léxicos e vocabulários, inclusive os vocabulários oficiais, e de outros melhoramentos que procurei introduzir ou que, havendo sido introduzidos antes, busquei ampliar — além de elucidações de menor importância.

Um desses melhoramentos é o registro das flexões irregulares de gênero, número e grau. Salvo engano, só um dicionário as traz, o de LAUDELINO FREIRE, porém muito irregular e escassamente. Aqui vão consignadas todas (salvo algumas que me hajam escapado), dando-se a flexão regular somente quando a palavra possui, ao lado desta, uma ou mais flexões irregulares. Por exemplo, junto a *paupérrimo* se encontra *poetíssimo*.

Registra-se o plural irregular sempre que ele exista na língua, ainda que não aceito pelo Vocabulário da Academia Brasileira de Letras². É o caso de nomes como *líquen*, para o qual esse vocabulário apenas dá o plural *líquens*, enquanto o da Academia das Ciências de Lisboa só autoriza *líquenes*. Dada a existência das duas formas, julguei acertado acolher tanto uma quanto a outra.

Os substantivos e adjetivos terminados em *-ão* acham-se todos, em geral, com os respectivos femininos, por não ser nenhum destes últimos, a rigor, regular. Quanto ao plural, porém, não figuram os em *-ões*, que são normais, a não ser ao lado dos outros, no caso de plurais duplos ou triplos.

Em dicionários e vocabulários não consta o superlativo absoluto sintético de certas palavras que a ele têm direito: *altíssimo*, *brandíssimo*, etc. Aqui aparece tal superlativo.

Em relação ao gênero, nem sempre me guiei pelos vocabulários e léxicos. Consignando, em geral, o gênero que eles dão, exceto algum caso de engano evidente, acrescentei o outro a certos vocábulos que na linguagem corrente, ou no uso de escritores autorizados, o têm. Desse modo, dou *igarité* como feminino, e não como masculino, gênero único, este, em que, talvez sem exceção, a palavra figura nos dicionários, e nos vocabulários das Academias das Ciências de Lisboa e Brasileira de Letras. Tenho muita dó-

1. Desses acréscimos, assinados aos multíssimos dos novos colaboradores especializados, sobretudo os de Direito e Comércio, resultou, para a presente edição, um aumento de cerca de 25% de matéria. Se se houverem conservado o formato da nona (que tem 1210 páginas), esta 10.^a edição teria umas 1650 páginas.

2. O Vocabulário da Academia Brasileira a que me refiro neste Prefácio é sempre o de 1943, a que obedece a presente edição do *Pequeno Dicionário*, e ainda em vigor entre nós, apesar do acordo ortográfico de 1945; o Vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa a que me reporto é o de 1940, no qual se baseou aquele.

VIII

vida quanto ao emprego real, corrente, de *igarité* como nome masculino. No feminino emprega o termo INGLÊS DE SOUSA, várias vezes, em *O Missionário*, e ARARIFE JÚNIOR no seu prefácio a este romance. Como feminino o emprega o mesmo INGLÊS DE SOUSA nos *Contos Amazônicos*, pág. 27. Emprega-o JOSÉ VERÍSSIMO no mesmo gênero em *A Pesca na Amazônia*, págs. 20, 31, 89, e nas *Cenas da Vida Amazônica* (2.ª ed.), págs. 35, 40 e 346. À pág. 364 lê-se "pelo igarité"; mas parece tratar-se de erro de revisão: na 1.ª está, todas as quatro vezes, no feminino, e igualmente no feminino aparece mais uma vez (pág. 43) no estudo "As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia", que abre o volume, e excluído da obra quando reeditada. O *Glossário Paraense*, de CHERMONT DE MIRANDA, atribui ao nome o gênero feminino. São autores, todos esses, nascidos em um dos poucos Estados onde é corrente o vocábulo. Também paraense é RAIMUNDO MORAIS, profundo conhecedor das coisas da Amazônia; pois em seus livros não encontro a palavra senão no feminino: "as igarités" (*Na Planície Amazônica*, 3.ª ed., págs. 58 e 95); "a igarité" (*ibid.*, pág. 156); "a igarité" (*ibid.*, pág. 179); "a igarité" (*Para das Pedras Verdes*, pág. 171); "a sua igarité" (*ibid.*, pág. 214); "garités pesadas" (*ibid.*, pág. 276); "a igarité" (*O Meu Dicionário de Coisas da Amazônia*, II, 15). Outro autor, baiano, mas residente no Amazonas desde 1894, usa *igarité* no feminino (ALFREDO AUGUSTO DA MATA, *Contribuição ao Estudo do Vocabulário Amazonense*, pág. 187). Outro, pernambucano, porém mestre em assuntos da Amazônia, ALBERTO RANGEL, usa — pelo menos em *Sombras n'Água* (págs. 261, 265, 322), *Inferno Verde* (4.ª ed., págs. 37, 96, 119, 233), *Quando o Brasil Amanhecia* (págs. 119, 126) e *Lume e Cinza* (pág. 190) *igarité* no feminino. Também GARRÃO CRULA, igualmente autoridade na matéria, nos oferece exemplos de "a igarité" (*A Amazônia Misteriosa*, 5.ª ed., págs. 7, 10). No mesmo gênero encontro ainda o vocábulo às págs. 157 e 181 dos *Ensaços de Geografia Lingüística*, de EUGÊNIO DE CASTRO, e em *Tropas e Boiadas* (3.ª ed., pág. 25), de CARVALHO RAMOS. Agora em dicionários gerais e vocabulários ortográficos, vejo "o igarité" apenas em GONÇALVES DIAS (*O Brasil e a Oceânia*, pág. 188) e COELHO NETO (*Sertão*, 3.ª ed., pág. 89). Paraenses e amazonenses me informam de que em suas terras se diz "a igarité", gênero este determinado, afinal de contas, pela própria significação da palavra: *igarité* é *igara* (feminino) grande, ou seja, canoa grande.

Caso mais ou menos idêntico é o de *juriti*. A palavra não está em AULETE nem em CONSTÂNCIO; creio ser o de FIGUEIREDO o primeiro dicionário geral da língua que a registra, e no gênero masculino. Os outros o foram copiando, com tamanha regularidade que, salvo engano, só a 3.ª ed. de AULETE e o recente *Dicionário Básico do Português do Brasil* dão ao vocábulo o gênero feminino. Os Vocabulários das Academias das Ciências de Lisboa e Brasileira de Letras foram na rota de FIGUEIREDO. Uns, como o de LAUDELINO FREIRE, dão a *juriti* o gênero feminino, e o masculino para *juruti*, forma esta que é, segundo VON IHERING (*Dicionário dos Animais do Brasil*), simples variante daquela. VON IHERING dá a *juruti* — e conseqüentemente a *juriti* — o gênero feminino: "as jurutis", "duas jurutis". Lê-se em AMADEU AMARAL: "*Juruti*, *juriti*, s. f." (*O Dialeto Caiçara*). ALFREDO AUGUSTO DA MATA, à pág. 196 de sua *Contribuição ao Estudo do Vocabulário Amazonense*, usa duas vezes *juriti* no feminino. No vocabulário do poema "Brás Macacão" (*Sertão em flor*, pág. 193), CATULO CEARENSE, definindo *fogu-pagou*, escreve: "pequena *juriti*". Se formos à literatura, veremos *juriti* no feminino: em CASIMIRO DE ABREU ("A *Juriti*", in *As Primaveras* — três vezes — e "Moreninha", *ibid.*); em CASTRO ALVES ("A *Crue da Estrada*", in *Obras Completas*, ed. de Afrânio Peixoto, 2.ª ed.); MACHADO DE ASSIS, *Poesias*, 191; ALBERTO DE OLIVEIRA (*Poesias*, II, 89); B. LOPES (*Val de Lúrios*, pág. 24); AFONSO ARINOS (*Pelo Sertão*, 81, e *Histórias e Paisagens*, 40); JOSÉ VERÍSSIMO (*Cenas da Vida Amazônica*, 321); CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO (*Vida e Sonho*, 19); JÓLIA LOPES DE ALMEIDA (*Ânsia*

IX

Eterna, 63); JOSÉ VIEIRA (*Vida e Aventura de Pedro Malasarte*, pág. 222 — 3 vezes); HERMAN LIMA (*Tijipió*, 3.ª ed., pág. 82). Quem não se lembra daquela página de *O Guaraní*, de ALENCAR, que, sob o título "A Prece", figura na *Antologia* de CARLOS DE LAKT e em várias outras? Pois lá está: "enquanto a juriti, chamando a companheira...". E na *Obra Completa*, do mesmo autor, vol. IV, pág. 597: "arrula a juriti plangente e tórture".

Quanto ao gênero de *púbis*, vai explicada, no respectivo verbete, a razão porque preferi o masculino, contrariando vários dicionaristas e os Vocabulários das Academias Brasileira de Letras e de Lisboa. Lembre-se que ANTENOR NASCENTES (*Dicionário Básico do Português do Brasil*) é dos que atribuem a esta palavra o gênero masculino.

Baitaca, que este Dicionário dá como do gênero feminino, acha-se apontado como do masculino, erroneamente, nos Vocabulários das duas Academias. A inexactidão foi, provavelmente, copiada de Figueiredo (na 8.ª ed., e talvez em algumas anteriores, está feita a correção); encontra-se, ainda, em LAUDELINO FREIRE, em AUGUSTO MORENO, em JAIME DE SÉQUIER.

Turumbamba e *zenzém* figuram aqui com o gênero certo, o masculino, ao contrário do que se vê naqueles Vocabulários.

Outro caso: o de *pombá*. Vai como masculino, como está, possivelmente, em todos os dicionários e nos citados vocabulários ortográficos; mas aqui no Rio de Janeiro — pelo menos aqui — é corrente o feminino; e NASCENTES, no *Tesouro da Fraseologia Brasileira*, usa o vocábulo nesse gênero, em discordância, é certo, com o seu *Dicionário Básico*.

Ainda outro: *espersa*, que registro como do gênero feminino, de acordo com o uso talvez mais generalizado e com a quase totalidade dos léxicos, e, ao mesmo tempo, do masculino, que se pode ver em SIMÕES DA FONSECA (ed. refundida por JOÃO RIBEIRO); em MACHADO DE ASSIS, *Várias Histórias*, ed. Garnier, pág. 184; em ADOLFO CAMINHA, *A Normalista*, 2.ª ed., pág. 9; em ALBERTO RANGEL, *Lume e Cinza*, pág. 167.

Poracé, finalmente, vem neste Dicionário com os dois gêneros. Os Vocabulários acadêmicos, seguindo FIGUEIREDO e outros dicionaristas, atribuem-lhe o masculino; mas o feminino é também muito corrente, e acha-se — para citar apenas dois exemplos — no Dicionário de SIMÕES DA FONSECA (ed. citada) e em BILAC, à pág. 287 das *Poesias* (12.ª ed.): "Bárbara poracé, banzo africano".

Abriguei aqui certas variantes que, apesar de consignadas por alguns lexicógrafos e aceitas pelo Vocabulário oficial português, foram refugadas pelo nosso. *Filhós* e *ilhós* incluem-se entre elas. São formas populares, preferidas geralmente, pelo menos no Brasil, às eruditas, *filhos* e *ilhos*. Uma delas, *filhós*, encontro-a em FILINTO ELÍSIO no plural: "Um dia de comadres, sem filhoses!" (*Poesias*, seleção, prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares, "Coleção de Clássicos Sá da Costa", Lisboa, sem data, pág. 185).

Em muitas outras coisas discordei do Vocabulário da Academia Brasileira, bem como do da Academia das Ciências de Lisboa, e de vários dicionários da língua.

Corrigi *manéia* e *pulpéria*, erros que se vêm repetindo depois de Cândido de Figueiredo, para *maneira* (com *e* fechado) e *pulperia* (com *i* tônico), as formas exatas. Lamentável não tenha sido feita a correção pelo nosso Vocabulário acadêmico. É de estranhar — diga-se de passagem — que o último desses americanismos figure com *e* acentuado no livro *No Galpão*, de DARCI AZAMBUJA, escritor gaúcho.

O Vocabulário da Academia das Ciências de Lisboa consigna *platirrinia* (ao lado das formas certas *leptorrinia* e *mesorrinia*) e *guarujubá*, certamente por descuido, de revisão. O nosso Vocabulário repetiu esses enganos. Aqui vêm as formas certas: *guarujuba* e *platirrinia*.

X

Outros lapsos, ou erros, do Vocabulário da Academia Brasileira — *caratpe*, *maula*, *turazis*, em vez de *caraipe*, *maula*, *turazis* — vão emendados aqui.

No *Pequeno Dicionário* não vem o *e* com acento circunflexo depois de equinococo, para indicar tratar-se de vogal fechada — tal como acontece no Vocabulário da Academia Brasileira, que nisto segue o da de Lisboa. O vocábulo é parente de *estafilococo*, *estrepitococo* e tantos mais onde se encontra o elemento *coccus*, pronunciado com vogal tônica aberta.

Também não se me afigurou justo aceitar sem observação a pronúncia *bafete* (ê), que o nosso Vocabulário copiou do lusitano. Não me consta a existência de semelhante pronúncia no Brasil.

Ao lado de *topete* vai *topete* (ê), como se diz mais comumente em nosso país.

A *bisaco*, como está nesse Vocabulário e em LAUDELINO FREIRE, preferi *bisaco*, forma que sempre ouvi, e que vejo no *Vocabulário Pernambucano*, de PEREIRA DA COSTA, na *Marie Perigosa*, de LUIZ JARDIM, no *Cancioneiro as Narte* (2.^a ed.), de RODRIGUES DE CARVALHO, e no *Sertão Alegre*, de LEONARDO MOTA, que, aliás, grafia a palavra com *z*: "Saco, saco, / Bisaco, saco de chumbo, / Minha mãe não sai do prumo / Na pancada do ganzá." (pág. 12)³.

Injustificável a grafia *rijeza*, que se encontra nos Vocabulários das duas Academias: de *rijo* só poderá vir *rijeza*, como está neste Dicionário⁴.

Retratibilidade, forma consignada em nosso Vocabulário oficial, é, decerto, erro de revisão, corrigido, aqui, para *retratilidade* (de *retrátil*).

Incoerentemente, o Vocabulário brasileiro dá *desentumecer*, a par de *intumescer*. Grafei, aqui, *intumescer* e *desintumescer*.

Registro *balça* e *balsa*, de acordo com o nosso Vocabulário, posto me pareça duvidosa a necessidade etimológica dessa distinção gráfica. Talvez seja preferível, como o fazem ANTENOR NASCENTES e o Vocabulário português, dar apenas *balsa*.

Não me foi possível aceitar a ausência de *balceiro*, a par de *balceiro*. O nosso Vocabulário só traz a segunda forma, como substantivo e adjetivo. Ora, *balceiro* adj. vem de *balça* = 'mata espessa; silvado', etc. — a mesma *balça* que o próprio Vocabulário manda escrever com *ç*, como se pode ver: "balça, a f.: matagal, ramais de coral. / Cf. balsa". Que incoerência!

Ponho *balcedo*, com *c*, por se prender a *balça*. Curioso: o nosso Vocabulário não consigna a palavra, nem com *c* nem com *z*, como também não inclui *balseira* (nem *balceira*) — e no entanto são termos bem conhecidos, o primeiro registrado nos dicionários mais novos da língua, e o segundo em todos eles, pelo menos a começar do de MORAIS. Parece que o vocabularista andou muito indeciso e tímido no contato com essa família de *balsa* e *balça*.

No sentido de 'baile reles; orgia', julguei melhor *fuzo* do que *fuso*. Esse *fuzo* não é outra coisa senão uma forma reduzida de *fuzud*, palavra que aparece em todos os dicionários com *z*. Redução do mesmo tipo de *farrô* por *forrobodô*, de *cinema* por *cinematógrafo* e *cine* em vez de *cinema*, e de tantas outras.

Inopinazo cedeu lugar, neste Dicionário, a *inopiaso*. Aquela forma surgiu, com o seu segundo *n* intruso, em FIGUEIREDO, que lhe dá como étimo o "lat. *inopiosus*". Ora,

3. Em suas providentíssimas *Notas de Português de Filinto e Odeiro* (pág. 62), diz Martins de Aguiar: "Bisaco, que só aparece na última edição do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (9.^a), é viciado no Ceará e provavelmente noutras partes do Brasil, sendo em todo ele. . . . Bisaco não existe senão como corrupção indevida, com apêlo ao francês."

4. O *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*, de 1945, ao qual se preferiu, no Brasil, o de 1943, consigna *rijeza*.

XI

este segundo a nunca existiu, nem no latim nem no português: resulta, naturalmente, de um engano, copiado pelos Vocabulários de Portugal e do Brasil. Em LAUDELINO FREIRE a palavra está sem a consoante indevida.

Em FIGUEIREDO, JAIME DE SÉQUIER, SILVA BASTOS, ARTUR BIVAN, J. ALMEIDA COSTA, e A. SAMPAIO E MELO, e no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1940, da Academia das Ciências de Lisboa, vê-se *resispiscência*, grosso disparate. Vai aqui a forma certa: *resipiscência*.

Babalad aparece, aqui, livre do estropiamento que o transfez, em nosso Vocabulário oficial, num monstruoso *babalão*.

Entre os melhoramentos introduzidos nesta edição figura o seguinte: adjetivos que representam espécies de determinadas coisas vêm — dispostos em ordem alfabética — definidos no respectivo substantivo, formando com ele um todo. Exemplo: *agudo*, *diedro*, *obtusos*, *reto*, etc., espécies de ângulo, vão em *ângulo*; *allernada*, *coroada*, *emparelhada*, *encadeada*, *oposta*, *pobre*, *rica*, etc., variedades de rima, definem-se em *rima*; *agudo*, *brezo* ou *solto*, *grave* ou *inteiro*, *esdrúxulo*, *livre*, *rítmica*, *silábica*, etc., como qualificativos de verso, estão em *verso*; e assim por diante. Em cada um de tais adjetivos faz-se remissão para cada um de tais substantivos. Com isto se oferece ao consulente ocasião de conhecer, de uma vez, as diferentes espécies de ângulo, de rima, de verso, etc.

Outros melhoramentos de grande utilidade: o registro do plural dos substantivos e adjetivos compostos e a inclusão de uns e outros como verbetes independentes.

Quanto à fraseologia, adotou-se — mais uma vantagem, que vem da 6.^a edição — o critério posto em prática pelo Dicionário da Academia Espanhola: havendo na frase substantivo ou palavra substantivada, nestes se faz o registro (assim, a locução *de mão beijada* deve procurar-se em *mão*); em ordem de preferência seguem-se o verbo, o adjetivo, o pronome e o advérbio; quando existir na frase mais de uma palavra da mesma categoria, tem preferência a primeira (assim, *tirar a sardinha com a mão do gato* está em *sardinha*); os substantivos *pessoa* e *coisa*, o pronome *alguém*, os verbos de ligação, como *ser*, *estar*, *ficar*, etc., quando não constituem parte essencial, invariável, da locução, não são levados em conta; tampouco se levam em conta os verbos auxiliares⁵.

Procurou-se também, desde a 9.^a edição, dar indicações a respeito dos nomes próprios que aparecem na definição de certas palavras. Um exemplo: em *lamartiniano* se vê, como é natural, *Lamartine*; este último nome vem acompanhado de referência à nacionalidade do poeta e aos anos de sua vida e sua morte.

Desde a 6.^a edição têm-se registrado as flexões irregulares dos verbos e feito referência às linguagens verbais não conjugadas dos defectivos. Neste, como em vários outros pontos, o *Pequeno Dicionário* se avanta à maioria dos grandes dicionários da língua. Desnecessário encarecer a importância de tal melhoramento, o quanto isso virá servir às pessoas menos em dia com as noções gramaticais.

Ainda aqui se discordou, em mais de um ponto, do Vocabulário da nossa Academia. Seguindo o da de Lisboa, manda ele conjugar assim o verbo *engolir* no presente do indicativo: *engulo*, *engoles*, *engole*, *engulimos*, *engulis*, *engolem*. É admissível que se escreva *engulimos*, *engulis*, com *u*, quando se grafa o verbo no infinitivo com *o*? A forma anteriormente usada, *engulir*, esta, sim, acomoda-se àquela escrita, à maneira de *bulir*, por exemplo. Mas a analogia com *sortir*, *dormir*, etc., repele as formas com *u* para as duas primeiras pessoas do plural do presente do indicativo de *engolir*.

5. Infelizmente, na presente edição, nem sempre os responsáveis pela parte especializada respeitaram esse critério. Ao notar, nas provas, a incoerência, quis proceder à restauração da norma; mas era tarde: ter-se-ia de mexer praticamente em toda a paginação da obra.

XII

No caso das formas arrizotônicas do verbo *resfolegar*, dou, aqui, *resfolgo*, *resfolgas*, etc., a par de *resfólego*, *resfólegas*, etc., enquanto o Vocabulário brasileiro só traz estas últimas formas.

Apiedo-me, *apiedas-te*, etc., de *apiedar-se*, não estão no referido Vocabulário, que, dentro de velha praxe, só aceita *apiado-me*, *apiadas-te*, etc., formas calcadas no antigo *apiadar-se*. Não há, contudo, razão alguma para se repelirem as primeiras, mais eufônicas, mais razoáveis, de uso corrente, e que se podem ver em autores de categoria: "Trigo que eu semeiei, *apieda-te* de mim!" (RAIMUNDO CORREIA, *Poesias*, 3.ª ed., pág. 180); "quando se *apieda*" (HERMES FONTES, *Epopéia da Vida*, pág. 75); "Não te *apiedes* de mim" (TRISTÃO DA CUNHA, tradução do *Hamlet*, de Shakespeare, pág. 42); "*apiedo-me* dos amigos" (GASTÃO CRULA, *A Amazônia Que Eu Vi*, 2.ª ed., pág. 99); "Na sua humildade de maltrapilha, *apieda-se* dos indígenas que a procuram." (ALBERTO RANGEL, *Inferno Verde*, 4.ª ed., pág. 56); "Que *hudea* se *apiede*"; (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, *Poemas*, 269); "Não se *apieda*." (RAUL BRANDÃO, *Húmum*, 211)⁶.

Outro melhoramento da 6.ª edição, e que foi, na atual, objeto de aperfeiçoamento: a seriação dos verbetes, no caso de homônimos com étimos diferentes, como *desadornado*¹ = 'não adorado', e *desadornado*² = 'incomodado por dor violenta'; *arará*¹ = árvore, *arará*² = ave, e *arará*³ = indígena; etc. Guiei-me, nessa tarefa, especialmente pelo Vocabulário da Academia de Lisboa e pelo *Dicionário Etimológico* de ANTENOR NASCENTES, além de haver consultado outras muitas obras congêneres.

Ao contrário de todos os demais dicionaristas, que registram somente como substantivo masculino plural os nomes de tribos indígenas e certos nomes de povos, consignei-os, da 6.ª edição em diante, no singular, como substantivo, quase sempre dos dois gêneros (incluindo a forma do plural na definição), e também como adjetivo. Assim: "*Arará*¹, s. e gñ. (Bras.) Indígena da tribo dos *Arará*, do baixo Xingu e do Madeira, da família Caribá; adj. e gñ. relativo a essa tribo." Não é lógico?

Coisa semelhante se adotou quanto aos nomes de famílias zoológicas e botânicas. Veja-se, como exemplo, em relação às primeiras: "*Ardeídeo*, adj. Relativo aos *Ardeídeos*; s. m. espécime dos *Ardeídeos*, família de aves ciconiformes, de corpo alongado, pescoço comprido, bico longo e forte, patas e dedos longos, da qual é tipo a garça." E quanto às segundas: "*Apocinácea*, s. f. Espécime das *Apocináceas*, família de plantas dicotiledôneas, monopétalas e hipóginas, à qual pertence a espirradeira." "*Apocináceo*, adj. Relativo à família das *Apocináceas*."

Entre as vantagens que este *Pequeno Dicionário* leva a grandes léxicos se inclui também o registro — não sistemático ainda, mas já bastante amplo — de sinônimos. Após a definição de numerosas palavras vêm sinônimos seus, fazendo-se, quando cada um destes aparece como verbete, a devida remissão. Assim se apresenta ao leitor boa ocasião de enriquecer o seu vocabulário, pondo-se-lhe ao dispor muitos equivalentes de dado termo, os quais em geral dificilmente lhe ocorreriam, ainda quando os conhece. Chama-se a atenção do consulente, neste particular, para os artigos *arrasta-pé*, *avaro*, *avante*, *bafulador*, *bebedeira*, *beberrão*, *bruzaria*, *cachaça*, *caipira*, *concubina*, *descompostura*, *Diabo*, *dinheiro*, *embriagado*, *fanfarrice*, *fugir*, *galego*, *joão-ninguém*, *ladrão*, *lepra*, *mandachuva*, *meretriz*, *morrer*, *murirão*, *pirilampo*, *quantidade*, *ralé*, *repreensão*, *sifilis*, *surra*, *tolo*, *valentão*, entre inúmeros outros. De *bebedeira*, *fugir*, *morrer* e *surra* encontrará o leitor mais de 30 sinônimos; de *dinheiro*, *ralé* e *tolo*, cerca de 40; de *avaro* e *fanfarrice*, perto de meia centena; de *repreensão*, uns 70; de *meretriz*, não muito menos de 100; de *cachaça* e *Diabo*, muito mais de uma centena.

6. V. Martins de Aguiar (*Notas de Português de Filinto e Odeiro*, cit., pág. 370), para quem a forma *apiado*, referida a *apiedar*, "é uma tolice de superior calibre".

XIII

Também se faz nesta edição, bem mais do que em anteriores, abundante registro de homônimos e parônimos; igualmente se alargou a menção de antônimos, embora, por falta de tempo, de maneira bem menos ampla.

Nas remissões, buscou-se limitar o uso do "V." (Vide) aos casos em que determinada forma não é ou não parece recomendável, ou, ainda, em que a palavra para a qual se manda o consultante aparece, após a definição, acompanhada de mais de um sinônimo, ou tem várias acepções, das quais só uma ou algumas são equivalentes daquele termo de que o leitor foi enviado. Exemplo do primeiro caso: "Anquilosar, *s. t. e p.* (V. *Anquilosar*)." Do segundo: "Adjutório, *s. m.* Ajuda; auxílio, socorro; clister; (Bras., Sergipe e Bahia) (V. *Murirão*)." O leitor vai a *murirão*, e lá, em seguida à definição da palavra, acha 19 sinônimos, entre os quais, naturalmente, *adjutório*. O "V." indica ser necessária a consulta do artigo *murirão*, ainda que se lhe conheça o sentido, para se ter ocasião de conhecer-lhe a sinonímia. Exemplo do terceiro caso: a certa altura do verbete *baiano* lê-se: "(V. *Caipira*)." Em *caipira*, palavra de vários significados, o leitor verá que na acepção de 'habitante do campo' é que ela é sinônimo de *baiano*.

Em outros casos não se usa o "V." para as remissões; nem "o mesmo que": simplesmente se escreve o vocábulo para o qual se quer enviar o consultante. Assim: "Aburacado, *adj.* *Esburacado*."

Certos dicionários trazem palavras erroneamente grafadas, remetendo o consultante para as formas corretas. Este, geralmente não. Assim, o leitor que, mais ou menos leigo em assuntos de ortografia (e são tantos os leigos, com a massa de sistemas ortográficos que aturdiu o Brasil no curto período de quinze anos!), não encontrar uma palavra com *h* inicial, procure-a sem *h* (*arenque, arlolo, erra* — e, portanto, *erraçal, erral, erranaria, errandria, errar, errecer*, etc. —, *espanhol* — e, pois, *espanholada, espanholismo* —, *ombreira, ombro, ontem, umbral, úmero, úmido*), e vice-versa (*hagiografia, hagiológico, hagiomaquia, herbáceo, herbário, herbífero, herbiforme, herbóreo, herboso, heureca, hindu, hispânico, hispanismo, hispanista, hui*); com *g*, procure-a com *j* (*jeira, jeito, jení-papo, jeropiga, jia, jiló, jibóia, jirau, alfanje, canjica, enjeitar, gajeiro, gorjear, gorjeta; ajeriza, pajé, pajem, rejeitar, rejeto, sarjeta, trejeito*, etc.), e vice-versa (*girafa, glória*); com *ch*, veja com *x* (*fazina, zale, zicara*), e vice-versa (*charque, chuchu, piche*); com *c* ou *ç*, veja com *s* ou *ss* (*ansia, dassel, farsa* — e, portanto, *farsada, farsalhão, farrante, farsantear, farsista* —, *aleissaras, pêssego, sossego*), e vice-versa (*açu, anspeçada, caçanje, carcaça, cediço, cendal, cetim, açúcar, almaço, gracitar, maciço, miçanga, muçulmano, soçobrar*); com *x* em fim de sílabas não finais, veja com *s* (*destro, estrangeiro, estranho, justaposição, misto, siatino*), e vice-versa (*expectativa, expectante*); com *z*, procure com *s* (*asteca, campezino, gusla, masdelismo, obus*), e vice-versa (*deslizar, gozo*); com *e*, procure com *i* (*crânio, destilar, escárnio, lampião, pátio, pior, réstia*), e vice-versa (*candeeiro, cumeada, cumeeira, quase*); com *o*, veja com *u* (*bruzulear, bulir, burburinho, caburé, camundongo, catulé, cúpula, elucubração, entabular, ingurgitar, jabuti, jabuticaba, jucundo, lucubração, pérgula, regurgitar, tábua, tabuada, tabuleiro, tonitruante*), e vice-versa (*capoeira, cobiça, engolir, goela, mágoa, farândola, mocambo, molambo, óbolo, tribo*); com *co* ou *cu*, veja com *qu* (*cingüenta, araquá, quarar*); etc.

Dentro desse critério de não registrar formas errôneas ou pouco aceitáveis, não figuram neste Dicionário grafias como *degladiar* e *delapidar*, mas unicamente *digladiar* e *dilapidar*.

Em casos como os de *afoito* e *afouto*, *couro* e *coiro*, *noite* e *noute*, *ouro* e *couro*, *coarde* e *cobarde*, *esbelto* e *esvelto*, *taberna* e *taverna*, *aspecto* e *azpeto*, *contato* e *contacto*, *dição* e *dicção*, *susceetível* e *susceptível*, *optimate* e *otimate*, etc., consigna-se a forma de uso mais amplo — pelo menos entre nós — pondo-se ao fim da definição a outra forma, sem dela fazer-se registro especial.

XIV

Contrariando a norma, a princípio adotada neste Dicionário, de fugir aos arcaísmos — embora não de modo absoluto — aos que havia acrescentei muitos e muitos, sobretudo na presente edição. Ante uma obra, científica ou literária, de caráter histórico, como se há de avir o leitor com um dicionário unicamente de termos modernos? Como poderá ler com todo o proveito, por exemplo, as *Lendas e Narrativas*, de HERCULANO, ou seus romances? Ou *A Ilustre Casa de Ramires*, de EÇA DE QUEIRÓS? Por outro lado há escritores e poetas modernos mais ou menos arcaizantes. Citarei um dos poetas. GONÇALVES DIAS. "No entanto, as mulheres, com leda trigança" — lê-se no "I-Juca-Pirama" — "Que diabo é trigança?" — pergunta consigo o leitor. Folheia o dicionário, o seu tira-dúvidas — e nada. — "Perdi o meu dinheiro!" Depois, o *Pequeno Dicionário* é largamente adotado em estabelecimentos de ensino, e no ciclo colegial o aluno tem de ler autores muito antigos, até do século XII.

Não foram esquecidas certas formas do velho português ainda hoje correntes na fala popular: *bautizar*, *benção* (oxítono), *menhã*, *saluço*, *samear*, *comana*. É um modo de apontar a proximidade entre a linguagem do povo e a língua antiga.

Incluíram-se nesta edição muito mais de mil adjetivos pátrios brasileiros.

No referente aos brasileirismos foi a 10.^a edição consideravelmente modificada e ampliada. Aperfeiçoaram-se inúmeras definições e, por outro lado, inseriu-se larga cópia de palavras colhidas na linguagem viva, em dicionários de regionalismos, obras de literatura regional; etc., ou mediante informações verbais ou por escrito. Não é tarefa das mais fáceis o registro de certos provincianismos que os dicionários definem à sua maneira, não raro contradizendo-se flagrantemente uns aos outros.

Não vendo, como alguns, na expressão *brasilismo* uma limitação, alguma coisa humilhante, julgo de todo o ponto necessário designar com ela as palavras ou acepções criadas em nosso país ou que, de uso geral antigo na língua, modernamente só aqui se empregam — brasileirismos natos ou naturalizados. Mostra-se, deste jeito, a nossa contribuição, de um modo ou de outro, para o vocabulário do idioma comum. Não me interessa que certos filólogos portugueses emprestem a *brasilismo* sentido pejorativo: uso o termo como título honroso, e sem desdém chamo *lusitanismos* aos lusitanismos.

Palavras mortas em Portugal e ainda vivas em nosso meio vão acompanhadas desta observação: "bras. e ant." Outras, que lá não morreram de todo, conservando-se ainda em alguma provincia; enquanto aqui são de uso geral, acham-se apontadas como "bras., prov. port. e ant."; e, quando no Brasil são de emprego restrito, acrescenta-se a "bras." a área geográfica do seu emprego. Outras, ainda, que lá sempre tiveram uso apenas regional, sendo conhecidas em toda a extensão do nosso país ou só em parte dele, vêm com a mesma indicação ultimamente citada, menos, naturalmente, o "ant.". Mencionei a maioria dessas palavras:

Aboiar — bras. e prov. port.

Acabanado (= 'inclinado para baixo, des-cido [chifre ou orelha de animal, orelha humana, chapéu ou sua aba]') — bras. e prov. port.

Amigo (= 'amante, amásio') — bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)

Aperrindo (= 'que vive em aperturas financeiras') — bras. e prov. port. (Em Figueiredo vem apenas como prov. port.)

Apojar (= 'fazer [o bezerro] mamar segunda vez com o fim de obter-se o apoio') — bras. e prov. port.

*Articulação*⁴ — bras., Nordeste, e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)

*Articular*⁵ — bras., Nordeste, e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)

Barrufar e *Barrufa* — bras., prov. port., e ant. (Figueiredo não dá como bras.)

XV

- Baledeira* (= 'febre intermitente; maleita') - bras. e prov. port. (Figueiredo não dá como bras.)
- Bispar* (= 'furar; surripiar') - bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)
- Brabo* (= 'bravo') - bras., açor. e ant.
- Cacapo*² - bras., Rio Grande do Sul, e ilha da Madeira. (Figueiredo dá unicamente como da Madeira.)
- Camarialdo* (= 'quarto de dormir') - Bras., Nordeste, e ant.
- Caracolho* - bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)
- Catrina* (= 'marafona') - bras. e prov. port. (Em Figueiredo vem somente como ant.)
- Chichelo* - bras., Nordeste, e ant. (Figueiredo dá somente como ant.)
- Chiquito*¹ - bras., Nordeste, e prov. port.
- Coberto* (= 'prenhe [animal]') - bras. e prov. port. (Para Figueiredo é apenas prov. port.)
- Cocoso* - bras. e prov. port. (Figueiredo só dá como prov. port.)
- Costeireira* (= 'livro de escrituração mercantil') - bras. e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)
- Croque* (= 'cocorote, carolo') - bras. e prov. port. (Figueiredo registra apenas como prov. port.)
- De deus em deus* - bras. e prov. port.
- Dia-santo* (= 'buraco na meia') - bras. e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)
- Diogo* - bras., prov. port. e termo da Ilha das Flores.
- Enpeçar*² - bras., Rio Grande do Sul, e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)
- Encomenda* (= 'partes pudendas do homem') - bras. e prov. port. (Em Figueiredo está somente como prov. port.)
- Endomingado* - bras. e prov. port. (Figueiredo não diz que é bras.)
- Esquizar* (= 'passar ou saltar por cima de') - bras. e prov. port. (Figueiredo registra unicamente como prov. port.)
- Enticar* - bras., prov. port. e açor.
- Errada* (= 'desvio de caminho') - bras. e ant.
- Esbaçar* - bras. e açor.
- Escoteiro* (adj.) - bras. e ant.
- Esquila e Esquilar* - bras., Rio Grande do Sul, e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)
- Estalício* - bras. e ant. (Figueiredo dá somente como ant.)
- Estivado* - bras. e prov. port. (Em Figueiredo - até, pelo menos, à 4.ª edição - está somente como prov. port.; na 8.ª, vem sem essa indicação, que se acha, contudo, em Silva Bastos e na 3.ª edição de Aulete.)
- Estreia* (= 'variedade de papagaio de papel') - bras. e prov. port.
- Farramba* - bras. e prov. port.
- Fatia-de-parida* - bras., Nordeste, e prov. port. (Figueiredo não dá como bras.)
- Fatia-dourada* - bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov.)
- Fato* (= 'intestinos') - bras., Nordeste e Minas Gerais, e prov. port. (Em Figueiredo vem somente como prov. port.)
- Fizença* (= 'confiança') - bras. e ant.
- Fripideira* (= 'fritada') - bras., Nordeste e Rio Grande do Sul, e prov. port.
- Fura* - bras. e prov. port.
- Guilado* (= 'gargalhada') - bras., Nordeste e Rio Grande do Sul, e açor.
- Guhimônia* - bras., São Paulo, e prov. port. (Figueiredo traz somente como prov. port.)
- Indivíduo* (= 'Diabo') - bras. e termo da Ilha das Flores.
- Jeriz* - bras. e ant.
- Levante* (= 'motim') - bras. e prov. port. (Em Figueiredo está unicamente como prov. port.)
- Levisso* (= 'leve') - bras. e ant.
- Lomba*² - bras. e prov. port.
- Malfeito*² (= 'malfeitoria') - bras. e ant. (Em Figueiredo só está como ant.)
- Mancar*² - bras. e ant.
- Mand* - bras. e prov. port.
- Maneira* (= 'abertura das saias') - bras. e prov. port. (Figueiredo não dá como bras.)
- Mango* (= 'mil-réis') - bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port., com a definição de 'antiga moeda de mil-réis'.)
- Mãzenda* (= 'porção de coisas que se abrangem numa das mãos') - bras. e prov. port.
- Marchante* (= 'açougueiro') - bras., prov. port., e ant. (Figueiredo não dá como bras.)
- Marréco* (= 'astuto; sagaz') - bras. e ant.
- Meizinha* - bras., Nordeste, e ant. (Figueiredo registra somente como ant.)

XVI

- Mermar* - bras., Sul, e ant.
Mimapa - bras. e prov. port.
Midão (= 'menino') - bras., Rio Grande do Sul, e lus.
Moça (= 'meretriz') - bras., São Paulo, e termo de Lisboa. (Para Figueiredo é só de Lisboa.)
Meçada - bras., Sul, e prov. port.
Moderne (= 'sossegado; calado') - bras. e prov. port. (Figueiredo só registra como prov. port.)
Nebliar - bras. e açor.
Onde (= 'quando; enquanto') - bras., Nordeste, e prov. port. (Figueiredo não dá como bras.)
Palrio (= 'palavreado; conversa frívola') - bras. e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)
Papaieira - bras. e termo de Cabo Verde.
Parentalha - bras. e prov. port.
Pau-a-pique - bras. e termo da África Portuguesa.
Pedágio - bras. e ant.
Peituda - bras. e prov. port.
Penaroso - bras., Rio Grande do Sul, e prov. port.
Perendengues - bras. e ant.
Perreiro - bras. e prov. port.
Pescante - bras., Rio Grande do Sul, e lus.
Picarço - bras., Sul, e prov. port.
Pirralho - bras. e prov. port.
Pranchar - bras. e prov. port.
Prosa (= 'fanfarrice') - bras. e prov. port.
Retouçar (= 'comer, pastando') - bras. e prov. port. (Para Figueiredo é só prov. port.)
Rodado (= 'de pelo branco e preto, em malhas redondas [cavalo]') - bras., Paraíba e Alagoas, e ant. (Figueiredo dá somente como ant.)
Ruira (= 'o arrebol da manhã ou da tarde') - bras., São Paulo, e prov. port.
Saguão - bras., prov. port. e ant.
Sapeca (= 'namoradeira') - bras. e prov. port. (Figueiredo não dá como bras.)
Sarapatel (= 'confusão, balbúrdia') - bras. e prov. port. (Figueiredo não dá que é bras.)
Seio - bras., Rio Grande do Sul, e ant. (Figueiredo consigna somente como ant.)
*Selado*¹ (adj.) - bras., Norte, e prov. port.
Sobroso (= 'medo, receio') - bras. e ant.
Sajigar - bras., açor. e ant.
Solina - bras. e prov. port.
Solteira (= 'diz-se da mulher pública') - bras., Nordeste, e ant.
Talento (= 'força física') - bras. e prov. port.
Tato (= 'gago') - bras. e prov. port. (Figueiredo só dá como prov. port.)
Teto - bras., Sul, e prov. port. (Figueiredo traz somente como prov. port.)
Tocão - bras., Rio Grande do Sul, e prov. port.
Trampeco - bras., Norte, e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port.)
*Tramposo*² - bras., Rio Grande do Sul, e ant. (Para Figueiredo é só ant.)
Traquejado (= 'exercitado, experiente') - bras. e ant.
Trempe (= 'conjunto de três pedras, sobre o qual assenta a panela, ao lume') - bras. e prov. port.
Uai - bras. e termo da Ilha das Flores (Portugal). (Figueiredo consigna somente como da Ilha das Flores.)
Vaca (= 'indivíduo moleirão') - bras. e prov. port. (Figueiredo dá somente como prov. port., e com o gênero masculino, enquanto no Brasil a palavra, nesse e nos demais sentidos, é feminina.)
*Vogar*² - bras., Nordeste, e prov. port. (Segundo Figueiredo, é só prov. port.)

Nem sempre foi possível precisar a área geográfica de um brasileirismo; serão regionais alguns que neste Dicionário figuram como gerais, e vice-versa; ou a área consignada a alguns deles poderá ser um pouco mais ou um pouco menos ampla.

Estas falhas irão sendo corrigidas, em consequência de novas leituras, novas observações e informações. O que interessa, essencialmente, é que sempre seja brasileira a palavra registrada como tal, e que os termos dados como de um determinado Estado ou região sejam realmente usados ali, embora o sejam também noutras regiões ou Estados.

